

SOBRE OS ENSINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIAO SOVIETICA, O CULTO A PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ATIVIDADE E AS TAREFAS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Leia nas Págs. 6 e 7

# VOZ OPERÁRIA

Nº 388 — RIO DE JANEIRO — 20 DE OUTUBRO DE 1956

## FESTA NACIONAL

**D**ENTRO de três semanas o povo brasileiro estará comemorando um acontecimento de profunda significação para os destinos do país: a vitória democrática de 11 de novembro de 1955.

**D**ifícilmente, em nossa história republicana, um movimento político-militar encontrou maior apoio das amplas camadas do povo e de seus representantes, foi alvo de tão grandiosas manifestações de solidariedade como as que, nos dias de novembro, foram dirigidas ao chefe do Exército, general Teixeira Lott, ao presidente da Câmara dos Deputados, general Flores da Cunha, e a outras personalidades, civis e militares, que tiveram papel destacado nas jornadas que levaram ao esmagamento do golpe terrorista marcado para desencadear-se no dia 10, com uma noite de São Bartolomeu na Capital da República.

**O** MOVIMENTO de 11 de novembro — fruto de grandes lutas que uniram, sob a bandeira anti-golpista, amplos setores do povo e das forças políticas nacionais — correspondeu aos anseios da maioria esmagadora da nação, que não queria e não quer a ditadura terrorista de inspiração norte-americana, que deseja um clima de liberdade e de paz interna para trabalhar pelo progresso do país, consolidar sua independência econômica e enfrentar a solução de seus problemas. Daí o caloroso e decisivo apoio que encontrou. Daí as festas comemorações que se preparam, ao aproximar-se o seu primeiro aniversário.

**É**STE ano decorrido, apesar das dificuldades encontradas pelas forças democráticas e patrióticas — não somente nas investidas e provocações golpistas, e na pressão multilateral dos trustes imperialistas e de seus agentes, como também no fato de que ainda é débil a mobilização e a unidade daquelas forças — não desmentiu os objetivos do movimento de novembro. O governo do sr. Juscelino Kubitschek, cuja posse foi garantida por aquele movimento, e em cujo seio estão, também, representados setores patrióticos, já adotou algumas medidas que mereceram e merecem o apoio popular. Manteve e estimula a Petrobrás — gravemente ameaçada no período do governo de 24 de agosto — reviu o salário-mínimo dos trabalhadores, elevou os vencimentos do funcionalismo civil e militar, adotou uma nova política atômica patriótica, salvaguardando os interesses nacionais nesse terreno, vem

adotando importantes medidas, como, entre outras, o início da construção da represa de Três Marias e da ampliação da Usina de Paulo Afonso, capazes de impulsionar o progresso nacional.

**É**STAS medidas são fruto da ação comum das forças democráticas e nacionalistas, de dentro e de fora do governo. E este, se se fortalece e amplia essa unidade, terá condições para prosseguir no caminho iniciado — avançando no sentido do rompimento das barreiras que ainda mantêm o Brasil afastado da convivência pacífica e das vantagens do comércio com todos os países, no sentido do estímulo às iniciativas que visem ampliar a industrialização do Brasil e o mercado interno, deter a inflação, elevar o nível de vida das grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo, consolidar a soberania nacional.

**M**AS, há a pequena minoria golpista, que se coloca fora da nação para defender os interesses dos monopolistas norte-americanos e que tudo faz para interromper o processo democrático em desenvolvimento no país, impondo-nos a ditadura terrorista que não conseguiu instaurar em 10 de novembro. É indispensável enfrentar e derrotar essa minoria desesperada, reduzi-la à impotência, a fim de que a nação possa trabalhar e prosperar em paz. Isso exige, porém, que se fortaleça a união das forças de novembro e de todos os que desejam a democracia, a independência nacional e o progresso.

**A**S festas nacionais que assinalarão o transcurso do primeiro aniversário do 11 de novembro terão, sem dúvida, este sentido unitário, de afirmação democrática e patriótica. Por isto mesmo elas serão organizadas e realizadas não só pelos que participaram daquele movimento, mas contarão com o apoio de todos, dos sindicatos operários, das organizações populares, dos camponeses, funcionários, estudantes, industriais, fazendeiros, comerciantes, das mais diversas correntes políticas, dos pessedistas, trabalhistas, comunistas, pessepistas, dos democratas udenistas, dos liberais e conservadores, de todos, enfim, que, embora divergindo em muitas questões, podem unir-se em torno de um denominador comum: a defesa da democracia, da tranqüilidade da família brasileira, a salvaguarda da independência nacional e o progresso da pátria — tudo isso de que o golpe é a negação.

REPULSA A LACERDA NA CÂMARA



★  
Preço  
Cr\$1,50

★  
DISTRITO FEDERAL  
E SÃO PAULO  
★

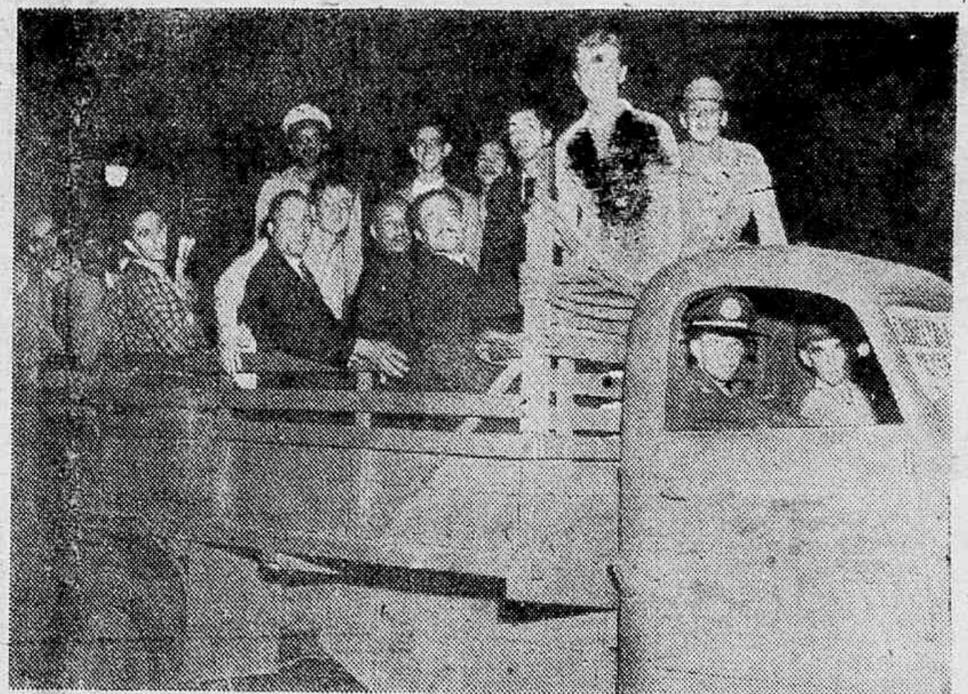
## CENTENAS DE REABILITAÇÕES NA POLÔNIA E NA HUNGRIA

TEXTO NA 2ª PÁG

## POSSÍVEIS, SOB O ATUAL GOVERNO, MEDIDAS PRÁTICAS CONTRA A CARESTIA

LEIA NA 12ª PÁG.

A maioria democrática da Câmara dos Deputados repeliu, enérgicamente, os insultos e provocações do golpista Carlos Lacerda, na tribuna do Rio Tiradentes (segunda-feira). NA FOTO o major Umberto Molinaro, deputado petebista, investe contra o provocador, em meio a violentos tumultos. (Na terceira página: "GOLPISTAS RENITENTES TENTAM MAIS UMA VEZ ASSALTAR O PODER").



Após dois dias de greve geral, os motoristas e trocadores dos ônibus do Distrito Federal obrigaram os patrões a satisfazer suas reivindicações, pagando-lhes o aumento já decretado pela Justiça do Trabalho e comprometendo-se a não punir os grevistas. Ao decretar a greve, os motoristas puseram-se à disposição do governo para dirigir as viaturas militares postas à disposição do povo. NA FOTO: populares transportam-se para suas residências em um caminhão (Reportagem na 4ª página).

INFORME DE LIU CHAO CHI

## Problemas da Construção Socialista na China

Nas páginas 8, 9 e 10

# Centenas de Reabilitações na Polônia e na Hungria

**PROSEGUE, NAS DEMOCRACIAS POPULARES, A LUTA PELA RESTAURAÇÃO PLENA DA LEGALIDADE SOCIALISTA — HONRAS FÚNEBRAS AOS GENERAIS HUNGAROS EXECUTADOS SOB ACUSAÇÕES FALSAS — MILHARES DE PRESOS ANISTIADOS NA POLÔNIA**

Centenas de pessoas, em sua maioria militantes ou dirigentes comunistas, bem como ex-membros do governo e das forças armadas, já foram reabilitadas, no curso da revisão dos processos judiciais, que atualmente se faz na Hungria e na Polônia. Muitos entre os reabilitados foram executados sob a falsa acusação de «inimigos do povo». Os demais estão sendo postos em

liberdade: encontravam-se condenados à prisão, sob acusação de espionagem, sabotagem, diversionismo, traição, ligação com serviços secretos estrangeiros, etc.

## GENERAIIS CONDENADOS INJUSTAMENTE

O Ministério da Defesa da Hungria anunciou a reabilita-

ção dos generais Lado Solyon, Gustav Illi, Istvan Belezny, Kalnan Revay e Georgy Perri, «condenados e executados injustamente», segundo o comunicado oficial. O governo húngaro promoveu seu sepultamento no Panteon Nacional e prestou-lhes honras fúnebres. Igualmente reabilitados foram numerosos membros do antigo «Batalhão Rakosi», (atualmente «Batalhão Húngaro») que lutou na Espanha.

A emissora de Budapeste, em comentário sobre o fato, acusou Matias Rakosi como «o responsável pela morte e pela prisão dos melhores militantes do Partido». A emissora também homenageou a Bela Korondy, coronel, e Otto Horvat Honigsberg, tenente-coronel, «filhos fiéis da pátria e do povo, que foram executados na base de acusações mentirosas». Ambos aca-

bam de ser, também, reabilitados.

Ao mesmo tempo, a Procuradoria-Geral da República ordenou a prisão de Mikail Farkas, ex-ministro da Defesa e ex-membro do Buró Político do Partido dos Trabalhadores Húngaros e de seu filho Vladimir Farkas, que pertenceu aos órgãos de segurança. Ambos foram acusados de terem violado a legalidade socialista, inclusive forjando acusações e provas contra honrados militantes, posteriormente condenados na base dessas acusações e «provas».

Imre Nagy ex-primeiro ministro e membro destacado do Partido dos Trabalhadores Húngaros, foi reintegrado no Partido, do qual fora expulso, após ter sido destituído do governo, sob falsas acusações, em fins do ano passado, por insubordinação de Matias Rakosi.

Em carta ao Buró Político, Nagy declarou, na última semana: «Se o Partido retirar as acusações falsas feitas em relação ao meu comportamento político e ideológico, estou pronto a reconhecer, ao mesmo tempo, os erros que realmente possa ter cometido».

Examinando a carta o Buró Político do Comitê Central resolveu:

1 — O Buró Político anulou a sentença de expulsão pronunciada em novembro de 1955 contra o camarada Imre Nagy, pois os erros políticos que ele havia cometido não eram tão graves para motivar uma sanção tão severa que, aliás, só foi tomada pela insistência pessoal de Matias Rakosi.

2 — O Buró Político convidou o Comitê Central a esta-

belecer, tanto os erros efetivos do camarada Imre Nagy, quanto os exageros e as inexistências contidas a seu respeito nas decisões anteriores do Partido.

## REABILITAÇÃO EM MASSA NA POLÔNIA

«Trybuna Ludu», órgão do Comitê Central do Partido Operário Unificado da Polônia, publicou excertos do relatório do ministro da Justiça, Maria Wasilkowska, lido perante a Comissão de Justiça do Parlamento, a propósito da execução das medidas de anistia e reabilitação. A Comissão examinou os processos de acusados entre 1949 e 1953. O número de presos

que, em maio de 1956, havia na Polônia, está reduzindo a menos da metade, em consequência da anistia e das reabilitações. Entre os anistiados, 5.847 pessoas eram prisioneiros políticos e 1.063 acusados de colaboração com o inimigo fascista. Perante a mesma Comissão o procurador geral, Marian Rybicki, falou sobre os 1.780 processos de reabilitação, atualmente em curso. Entre estes já se concluiu o exame de 364. Entre os reabilitados figuram o general Komar e os destacados militantes do Partido Spychalski, Tatar, Kirchmayer, Radolaw e Kzepecki, injustamente acusados com base em falsa teoria segundo a qual sabia-se que agentes inimigos agiam em todos os domínios da vida política e econômica.

## LIBERTADA MARIA SVERMOVA

O governo tchecoslovaco pôs em liberdade Maria Svermova, condenada à prisão perpétua. Maria Svermova era membro do Comitê Central do Partido, exercendo o posto de secretário-geral adjunto. Foi envolvida no processo Slansky, mas sua pena foi posteriormente reduzida. O governo tchecoslovaco anunciou que a libertação de Svermova se deve a que a pena e a ela imposta de qual haviam transcorrido cinco anos já havia cumprido sua «função educativa».

## RELAÇÕES DO PCI COM A UCI

A normalização das relações da Jugoslávia e da União dos Comunistas da Jugoslávia, com os demais Estados socialistas e partidos irmãos prossegue ininterruptamente. A característica do tratamento dos laços que devem existir entre países e organizações que buscam a mesma finalidade é que ela se desenvolve na base de princípios e do exame crítico das posições anteriores. Após as anteriores entrevistas em Belgrado, entre Tito, Kruschiov e Bulganin o caminho foi apianado. Recentemente, além de novo impulso nas relações sovieto-ugoslavas, foram restabelecidas as relações diplomáticas com a Bulgária, seguindo-se, no momento, conversações com os partidos húngaro, rumeno por intermédio de delegações chegadas a Belgrado.

Também com os partidos adjacentes, normalizou-se a situação. Assim, ao fim dos novos entendimentos realizados com o Partido Comunista Italiano e a União dos Comunistas Iugoslavos foi publicado um comunicado que determina que a «colaboração futura entre a União dos Comunistas Iugoslavos e o Partido Comunista Italiano, aplicando os métodos marxistas-leninistas, desenvolver-se-á dentro do programa do internacionalismo proletário, segundo os princípios de igualdade de direitos, da publicidade da colaboração e da não intervenção na vida interna dos dois partidos e do respeito recíproco dos pontos de vista, mesmo no caso de não existir um acordo, a fim de possibilitar uma crítica entre camaradas».



## SEMINÁRIO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER SOVIÉTICA

Realizou-se recentemente, em Moscou, um seminário sobre «Igualdade de direitos das mulheres na URSS». As participantes desse debate foi oferecida, no Kremlin, uma recepção, com a presença de destacadas figuras do governo soviético, entre as quais A. I. Mikoian, M. G. Perukhin e V. M. Molotov, que se vêem na FOTO acima.

## O PRIMEIRO MINISTRO DO NEPAL VISITA A CHINA



Esteve recentemente na República Popular da China o Primeiro Ministro do Nepal, sr. Tanka Prasad Acharya que foi alvo de calorosas homenagens por parte do governo e do povo chinês. Na FOTO, o Presidente Mao Tse Tung cumprimentando o ilustre visitante. (Foto SIN HUA, especial para VOZ OPERÁRIA).



# Seis Princípios Sobre Suez

Desde que o assunto Suez foi avocado ao Conselho de Segurança, em vista das queixas egípcia e anglo-francesa, tornou-se ainda mais evidente que a solução da crise iniciada com a nacionalização do Canal encontrara a boa via das negociações. O essencial era que, por um motivo ou por outro, os representantes das partes em contenda que haviam perdido praticamente o contato após o fracasso da Missão Menzies (salvo, é claro, a feita pelas representações diplomáticas normais) tinham, agora, grande oportunidade de negociações diretas, a par de debates multilaterais, sob a égide da ONU, único órgão autorizado a impedir o início de operações militares.

Levando o problema de Suez ao Conselho de Segurança, os governos de Paris e de Londres não poderiam ter a menor dúvida de que a Associação dos Usuários não encontraria guarida no seio daquele organismo. Além da oposição egípcia, conhecida de há muito, surgiria inevitavelmente, como surgiu, o veto soviético, suficiente para derrubar qualquer tentativa desse gênero. Assinalamos, em comentário anterior, que o âmago da questão deslocara-se da controvérsia internacionalização versus nacionalização, para a procura de um sistema prático que preservasse os direitos do Egito e os interesses da navegação internacional e que, portanto, podia-se aguardar um desfecho proveitoso para a paz mundial.

Os debates no Conselho confirmaram a suposição. Passada a primeira fase, preparatória, na qual cada país buscava fixar seus pontos de partida para uma solução de compromisso, essa solução pôde ser encontrada nos debates secretos e na reunião quadripartite, dos representantes do Egito, Grã-Bretanha e França e o secretário-geral da ONU. Finalmente, objetivou-se um acordo de princípio, aprovado unanimemente.

Esse acordo estabelece que: 1) o Canal será livre e aberto a todos os países sem discriminação direta, ou indireta; 2) a soberania do Egito será respeitada; 3) o funcionamento do Canal não será subordinado à política de nenhum país; 4) a maneira de fixar pedágios e despesas será decidida por acordo entre o Egito e os usuários; 5) uma justa proporção das somas percebidas será destinada à melhoria do Canal; 6) em caso de divergência sobre assuntos pendentes entre a Companhia do Canal

de Suez e o Governo egípcio, haverá recurso à arbitragem, ficando estabelecido que a competência do tribunal de arbitramento será claramente definida.

Não há dificuldades em ver que esses princípios nunca estiveram em causa com a lei da nacionalização egípcia, o que sempre reuniram as potências que, como a URSS, a Índia e a Iugoslávia se enfileiraram em defesa dos direitos do Egito. O uso internacional da via de Suez fora garantido pelo próprio Presidente Gamal Nasser, no decreto nacionalizador. O que, de fato, a Grã-Bretanha, a França e, em menor grau os Estados Unidos, pretenderam contestar foi o direito de o Estado egípcio nacionalizar uma companhia que opera em seu território e administrá-la segundo os acordos internacionais vigentes.

Hoje, passou o perigo de guerra. Entretanto, entre os princípios votados e sua redução a normas práticas há grande distância. Apesar da ameaça de veto sobre a pretensão anglo-francesa de transformar em resolução da ONU o plano dos 18 e a constituição da Associação dos Usuários, a insistência na votação dessa proposta demonstra que a diplomacia do imperialismo ainda enviará esforços para interpretar a seu modo os princípios estabelecidos. Londres, Paris e Washington buscam por outro lado, uma fórmula que lhes permita, além de certas vantagens, «salvar a cara», isto é, manter a recém-constituída Associação, embora os fatos demonstrem que ela terá de sofrer mudanças radicais, antes, se quiser ser aceita como um instrumento de cooperação.

Com justeza ressaltou Chepilov, ao regressar a Moscou, que o encaminhamento da questão de Suez para uma solução razoável demonstra eloquentemente que «em nossa época, qualquer divergência internacional só poderá ser resolvida por meio de negociações, principalmente quando dizem respeito à liberdade, independência e soberania dos povos». Atuando como órgão de paz, a ONU progrediu na restauração de sua autoridade, tão sacrificada no passado. E, agora, que passou o período mais perigoso da crise, as divergências, sobre Suez, apesar dos naturais embaraços, serão resolvidas no interesse da cooperação mundial, para desgosto dos antigos acionistas da Cia. do Canal que deixarão de receber dividendos pagos com o sangue do povo egípcio.

# Golpistas Renitentes Tentam Mais Uma Vez Assaltar o Poder

**A CONSPIRAÇÃO NEO-FASCISTA ENTROU NO ESTÁGIO DA PREPARAÇÃO DE MEDIDAS OPERACIONAIS, DENUNCIA A FRENTE DE NOVEMBRO — SOMAR FORÇAS NUM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA, APELA O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

GRUPOS de golpistas renitentes, derrotados a 11 de novembro, estão se coordenando novamente para um movimento revanchista destinado a impor ao país um regime de exceção. Este complot subversivo vem sendo particularmente alimentado pelos poderosos interesses internacionais feridos com algumas medidas de caráter nacionalista e patriótico adotadas pelo atual governo, tais como o apelo decidido à Petrobrás e a nova política atômica.

## INTRIGA E PROVOCAÇÃO

A técnica é ainda a da provocação e a intriga, juntamente com o aproveitamento de erros da atual administração para incompatibilizá-la diante de vários setores da opinião pública.

Neste sentido, assinala um passo à frente na conspiração o manifesto divulgado, há pouco mais de um mês, pelo provocador Carlos Lacerda. O manifesto é um in-

citamento aberto a um «putsch» militar, vasado numa linguagem de insultos e calúnias contra chefes militares. Mas seu principal objetivo, ao ser lançado, foi o de suscitar medidas ilegais, que realmente foram tomadas, como a apreensão de uma edição da «Tribuna da Imprensa» e da revista «Maquis». Pouco depois, setores do governo elaboravam um proje-

to de lei contra a imprensa que devia levantar, naturalmente, vivos protestos e indignação dentro dos próprios setores democráticos. Os autores do projeto de lei rolha trouxeram, assim, lenha à fogueira da intriga golpista, que se pretende agora mascarar de movimento em defesa das liberdades, quando, na realidade, pretende liquidá-las.

## TRAMA DESBARATADA

Simultaneamente, o Clube da Lanterna e seus mentores articularam-se para comover determinados setores da opinião pública, revivendo velhas provocações com as quais, no passado, obtiveram relativo êxito.

O julgamento dos implicados no atentado da rua de Toneleros deveria ser um pretexto para grandes agitações. Sabe-se que os próprios lan-

terneiros que, através de seu jornal, pediam uma punição severíssima, manobram junto à justiça no sentido de que as penas aplicadas aos réus fossem suaves. Isto daria pretexto a uma campanha de acusações contra o governo, a ser apontado como «protetor dos assassinos do maior Vaz», etc. O veriditum do juri popular desarticulou a trama, quando já se concentravam aqui no Rio, em São Paulo e nos Estados do Nordeste alguns elementos militares reconhecidamente ligados à conspiração desbaratada a 11 de novembro. Não por acaso Lacerda chegava ao Rio às vésperas do julgamento dos réus do atentado de Toneleros.

Com idêntico propósito tentou-se insistir num prolongamento da «carta Brandi» com a acusação, logo desmentida pelo governo argentino, de que o sr. João Goulart recebia dinheiro da ditadura peronista.

## A REFORMA DE JUAREZ

Enquanto Lacerda e outros políticos reacionários se esforçam por trazer a agitação subversiva às ruas, mobilizando o Clube da Lanterna, Juarez Távora e alguns militares que o seguem, tentam a agitação dentro das forças armadas. O pedido de reforma de Juarez, alegando estar sendo hostilizado pelos chefes do Exército, foi um simples pretexto — está agora evidente — para provocar dissensões nos meios militares. Tanto assim que logo passou a correr no Exército, na Marinha e na Aeronáutica um «manifesto de desagravo» a Juarez, manifesto que tem sido publicado por alguns jornais, pa-

ra impressionar, com centenas de assinaturas de oficiais reformados.

## A «PACIFICAÇÃO»

No mesmo plano golpista inscrevem-se algumas manobras políticas, como a da chamada «pacificação», cujo objetivo é, através da destituição do Ministro da Guerra, a realização de profundas modificações nos comandos do Exército, de molde a desarticular a possibilidade de um sufocamento imediato de qualquer arremesso subversivo.

É evidente que a palavra «pacificação» entra, aí, apenas como forma de despistamento. O que se pretende é, pelo contrário, a divisão das forças que se uniram a 11 de novembro para manter o regime constitucional, a pretexto de uma nova composição política que «libertaria» o sr. Juscelino Kubitschek dos compromissos assumidos com o povo durante a campanha eleitoral. «Liberto» desses compromissos, o atual governo já não teria nenhuma base para enfrentar a baderna que vem sendo articulada.

## ADVERTÊNCIA DA FRENTE DE NOVEMBRO

Diante desta situação amplos setores políticos sentem cada vez mais a necessidade de maior aproximação entre as forças que se uniram a 11 de novembro para a defesa da Constituição, as-

sim como entre demais setores interessados numa política de orientação patriótica e de caráter democrático. A este respeito, a Frente de Novembro acaba de lançar veemente manifesto aos trabalhadores e ao povo, denunciando a «conspiração política subversiva, de inclinações neo-fascistas, que entrou no estágio da preparação de medidas operacionais». Acrescenta o manifesto que o objetivo imediato dos conspiradores é «o de desmantelar o Movimento de Novembro, pela destruição de seu chefe», o que restabeleceria «o ambiente de instabilidade que criaram a 10 de novembro».

Por seu turno, o deputado Oliveira Brito, presidente da Comissão de Justiça da Câmara num «brado de alerta», concluiu «cívica e militares, operários, homens da imprensa democrática, do comércio, da indústria e da lavoura» a «se entender e somar forças, num movimento de esclarecimento e resistência à possível influência dos que procuram se articular para atingir o Poder a que o povo não lhes quis elevar».

Na realidade, este é o caminho: a união das forças democráticas e nacionalistas, e sua contínua vigilância, «constituirá uma barreira intransponível àquelles que pretendem mergulhar o País nas trevas dos regimes de exceção».

# Cai um Processo Odioso Contra Jornalistas Democratas

**DETERMINADA PELO JUIZ ANSELMO RIBEIRO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM QUE A POLÍCIA POLÍTICA TENTAVA ENQUADRAR DIRETORES E REDATORES DE VOZ OPERÁRIA E DA «IMPRENSA POPULAR»**

O juiz Anselmo de Sá Ribeiro, da 25ª Vara Criminal, apreciando o processo odioso que a Polícia Política instaurou contra diretores e redatores da VOZ OPERÁRIA e da «Imprensa Popular» considerou extinta a punibilidade que se tentava configurar no referido processo contra os jornalistas Aydano do Couto Ferraz, Pedro Motta Lima, João Batista de Lima e Silva, Henrique João Cordeiro, Aristeu Aquiles dos Santos e Diogo Soares Cardoso.

Em sua decisão, baseou-se o juiz Anselmo de Sá Ribeiro no art. 52 da atual Lei de Imprensa, bem como no decreto legislativo n. 27, de 20 de junho deste ano, que concede anistia aos jornalistas processados e condenados, até aquela data, pela chamada Lei de Segurança do Estado.

Deste modo, cai na justiça mais uma investida da famigerada Ordem Política e Social contra a liberdade de imprensa e, particularmente, contra os jornais populares.

Em suas considerações, o juiz Anselmo Ribeiro demonstrou que nenhum jornalista pode ser julgado pela Lei de Segurança do Estado e sim de acordo com a Lei de Imprensa, sempre que o motivo do processo seja a publicação de matéria jornalística. «Tais profissionais — eis o despacho do juiz da 25ª Vara — dada a natureza relevante de suas atividades, possuem tratamento especial no Direito público brasileiro, e as leis que regulam suas atividades e responsabilidades possuem um caráter privilegiado, especial, inconfundível».

Dai se deslocarem para a esfera da Lei de Imprensa também os crimes definidos na lei 1.802, de 1953, desde que seus autores sejam jornalistas e, nessa qualidade específica, os perpetrarem... E não poderia ser de outro modo, pois, se fôsse apli-

cável à imprensa a lei fascista da Segurança do Estado, estaria virtualmente supressa a liberdade de opinião, base da liberdade de imprensa, assegurada taxativamente na Constituição.

Justamente por isto é que não se pode de nenhum modo tolerar o que pretende instituir o projeto de nova lei de imprensa recentemente encaminhado ao Parlamento, no qual, além de limitações odiosas à liberdade de opinião, se enquadram ainda na Lei de Segurança do Estado alguns dos supostos «delitos de imprensa».

## SANTOS DUMONT, PIONEIRO DO AR

Os festejos que ora se realizam em homenagem ao quinquagésimo aniversário do voo de Santos Dumont que, a 23 de outubro de 1906, no «14-Bis», efetuava um voo de 60 metros, num aparelho mais pesado que o ar, com os recursos exclusivos da própria aeronave, constituem uma justa homenagem do Brasil a um dos seus maiores filhos, principal figura de uma pleiade de pioneiros, na qual também se inscrevem nomes de outros brasileiros como Bartolomeu Lourenço de Gusmão — o «Padre Voador», e Augusto Se-

A glória de Santos Dumont está em ter dominado o segredo da dirigibilidade dos balões e obtido a auto-ascensão dos aparelhos mais pesados que o ar. Tudo isso exigiu longo trabalho e sacrifícios. As condições de atraso técnico do Brasil impediam que Santos Dumont pudesse, em sua própria terra, adquirir os conhecimentos indispensáveis à sua empresa e, assim, foi na Inglaterra e na França que veio a adquirir a base científica indispensável à realização de suas experiências. Estas principiaram ainda cedo com o balão «Brasil» e prosseguiram, em seguida, visando à solução do problema da dirigibilidade, resolvido, embrionariamente, em 20 de setembro de 1898. Nessa data, com o dirigível «N.º 1», o jovem brasileiro (Santos Dumont contava apenas 25 anos de idade) elevou-se no Jardim da Aclimação a 400 metros de altura, manobrando o balão com o leme, e conseguindo navegar a favor do vento ou contra ele.

A conquista da dirigibilidade valeu, pouco depois, ao inventor o recebimento do prêmio Deutsch (em 1900) que, com os juros, elevava-se a 129.000 francos. O processo de distribuição da quantia, adotado pelo nosso patriota, revela seu grande sentido de fraternidade e seu amor aos trabalhadores: 50.000 francos para seus mecânicos e auxiliares e 79.000 francos para que o Chefe de Polícia retirasse das casas de penhor, as ferramentas dos operários que nelas estivessem depositadas.

Depois do êxito de 1900, Santos Dumont dedicou-se à construção do «mais pesado que o ar» vencendo, em 1906, em Bagatelle, uma distância de 60 metros. Era pouco, mas era muito. Pela primeira vez, com a utilização dos próprios recursos de um aparelho mais pesado que o ar, o homem conseguia voar. Cêdo em diversos países começaram os aperfeiçoamentos da invenção. E no decorrer da guerra de 1914-1918, para desgosto de Santos Dumont a aviação já começava a ser utilizada como instrumento de destruição. Ele a sonhara, como meio de fortalecer a amizade entre os povos e a comunicação pacífica entre os homens.

Sua grande contribuição para o progresso e seu amor à pátria fizeram-no sempre querido de seu povo. Seu regresso ao país constituiu verdadeira consagração e, ao morrer, abateu-se sobre a nação espesso luto.

Assim, ao comemorar o cinquentenário de seu feito em Bagatelle, o povo de nossa terra consagra não apenas o caráter pioneiro de um grande invento, mas a própria figura de um seu filho ilustre.

## Semana Política

O general reformado Juarez Távora esteve esta semana em São Paulo e o governador Jânio Quadros resolveu organizar-lhe uma recepção barulhenta, como se se tratasse ainda do candidato (por sinal amplamente derrotado) às eleições de outubro do ano passado. Não é esta a primeira vez que o sr. Távora viaja a São Paulo para conferenciar com o sr. Quadros depois da derrota sofrida nas urnas e após o 11 de novembro. Em muitas outras ocasiões — mas do que as noticiadas pelos próprios jornais — tem estado nos Campos Eliseos. Por que, então, agora o sr. Jânio Quadros organiza o foguetório para receber o visitante já tão habitual ao seu convívio?

Não resta dúvida que se trata de uma retomada de posição política de Jânio. Há alguns meses, o governador de São Paulo vinha procurando servir de «mediador» de uma composição política que permitisse a volta ao poder dos derrotados nas urnas de 3 de outubro e a «revanche» dos destruídos a 11 de novembro. O jogo era muito simples, embora apresentado como de grande habilidade. Far-se-ia a reforma ministerial, que afastaria do Ministério da Guerra o general Teixeira Lott e, em seguida, retiraria dos postos de comando do Exército os oficiais que dirigiram o contragolpe do ano passado. Todo mundo notou o expediente, até mesmo o sr. Juscelino Kubitschek, junto ao qual insistiam alguns de seus auxiliares por uma suposta «pacificação» a custa das forças que impediram fosse o país mergulhado na guerra civil.

Fracassado o esquema (pelo menos no momento), o sr. Jânio Quadros procura reunir as forças com que ainda conta, em São Paulo, para dar um suposto «prestígio popular» a Juarez e à corrente golpista que este representa. É uma clara manobra para impressionar alguns setores do governo federal e revitalizar o esquema da pacificação. Mas a recepção a Juarez não ficou aí. O general aproveitou-se dela para exteriorizar seus ódios e ressentimentos e revelar contra o que e contra quem se dirige o seu retorno ostensivo à vida política. A tecla de seu discurso foi o problema da orientação patriótica seguida pelo governo em relação aos minerais atômicos (e também ao petróleo), orientação que Juarez condenou freneticamente, ao mesmo tempo que assacava contra os chefes do Exército a responsabilidade do desmascaramento público de sua atuação entreguista como chefe da Casa Militar da Presidência da República. A esta orientação patriótica e esses chefes militares é que Juarez pretende derrotar, utilizando-se da ambição de Jânio à Presidência da República — ambição que poderia ser justa, se outro o caminho que seguisse — e também de sua velha experiência de conspirador contumaz.

Mas tanto o sr. Jânio Quadros, colocando suas ambições de carreira política em função dos rancores e do entreguismo de Juarez, como o próprio Juarez, na sua persistência golpista, se enganam redondamente. O povo de São Paulo, como o de todo o Brasil, não dará cobertura a manobras liberticidas e contrárias aos interesses nacionais.

# Vitoriosa a Greve dos Motoristas E Trocadores do Distrito Federal

## Metalúrgicos de Volta Redonda Reivindicam 50% de Aumento

**REALIZADA GRANDE ASSEMBLÉIA DIA 14 — REJEITADA A CONTRAPROPOSTA DA CSN PRATICAMENTE POR UNANIMIDADE — MAGNIFICA DEMONSTRAÇÃO DE UNIDADE**

COINCIDINDO com as comemorações do primeiro aniversário da histórica luta dos metalúrgicos de Volta Redonda em defesa da liberdade sindical e contra a ilegal intervenção ministerialista do governo Café Filho em seu sindicato, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional estão empenhados numa grande campanha por aumento de salários. Sua reivindicação é de 50 por cento de elevação dos atuais salários.

### A CONTRAPROPOSTA DA C.S.N.

Em assembleia geral realizada no dia 14 do corrente e que lotou completamente o cinema local — três mil operários dentro e mais de mil fora — foi apreciada a contraproposta da CSN. Antes, ela fora fartamente distribuída e explicada nos metalúrgicos através de vinte mil volantes, da irradiação na emissora local dias seguidos e levada às casas dos operários pelos membros dos Serviços Sociais e do clero. Não se tratava de uma proposta injusta em seu conjunto, pois em vários pontos ela atendia nos interesses dos trabalhadores.

As 12 reivindicações do Sindicato, a CSN respondeu: 1) Vigência do contrato por um ano e instituição de uma comissão mista para decidir sobre nova revisão; 2) Não dá turno de 6 horas, mas intervalos para que os operários almoce em casa; 3) Concede (contagem de tempo para o pessoal do NEU); 4)



5) Não dá salário-família para estudante, mas elevará em 50% o número de bolsas para estudantes; 6) Cancelará as punições para os que fiquem 5 anos sem receber punição; 7) Concede (criação de novos ambulatórios); 8) Atende (realização de reuniões semanais do Sindicato com a Superintendência do Serviço Social); 9) Atende (extensão do aumento ao pessoal do NEU); 10) Depende da assembleia geral dos acionistas da CSN (participação nos lucros); 11) Criará, para os que não receberem melhoria salarial senão por acordos sindicais, a adicional de 10% sobre o salário-mínimo; 12) Aumentará o salário-família nas mesmas bases dos salários normais; e 13) Propõe aumento de salários de 25%, com mínimo de Cr\$ 1.500,00, ou 30 por cento de aumento geral.

### ASSEMBLÉIA DA UNIDADE

Iniciada a assembleia, o presidente do Sindicato, sr. Nestor de Lima, fez um rápido relato das demarques efetuadas e passou a palavra ao relator da Comissão de Salários, o sr. Euclides Mendes de Sousa, então, fez uma viva e detalhada exposição de um estudo elaborado por sua Comissão sobre a elevação do custo da vida em Volta Redonda, de outubro de 1955 a setembro de 1956.

Sua exposição provou aos quatro mil metalúrgicos presentes que o custo da vida subira em 60,42 por cento, no ano citado. Os preços computados na exposição foram os dos gêneros, artigos e utilidades vendidos pelo SESI, pela CSN e pelo comércio local. Ao final, procedeu-se à votação das propostas da CSN. Esta impressionante demonstração de unidade e de plena consciência do que reivindicavam, elevaram seus braços mais de quatro mil operários, votando pela rejeição das propostas. Apenas dois votaram pela aceitação. Decidiu-se também instaurar a aceitação dos demais itens, exigir a readmissão de um operário dispensado injustamente, e protestar contra a lei-rôta e em defesa da liberdade de imprensa.

## APROVEITADA A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES PELOS PATRÕES, PARA CONSEGUIREM ELEVAÇÃO DAS TARIFAS — AS TRÊS FÓRMULAS DO PREFEITO NEGRÃO DE LIMA

Com a vitória dos motoristas, que desejavam o pagamento dos atrasados, e também das empresas concessionárias, que queriam o aumento das passagens, foi encerrada na noite de quarta-feira desta semana a greve dos motoristas de ônibus do Distrito Federal. Mais uma vez, uma reivindicação legítima dos trabalhadores foi utilizada pelos patrões para impor a elevação de tarifas e mais uma vez o povo foi sacrificado.

### HISTÓRICO

É necessário lembrar acontecimentos passados para compreender a justiça do movimento grevista desencadeado pelos motoristas. No princípio do ano os motoristas iniciaram uma campanha por aumento de salários. Reivindicavam 80,7% de aumento sobre os Cr.\$160,00 diários que percebiam. Os patrões mostraram-se intransigentes e depois condicionaram a concessão do aumento à elevação

do preço das passagens. Os motoristas não aceitaram o equacionamento do problema nesses termos, já que não aceitavam a inclusão do aumento das tarifas como condição para a majoração dos salários. Foi então homologado um acordo, em vigor desde o dia 27 de março, que estabelecia o aumento de 25% para os motoristas, sem elevação de tarifas.

### OS RESPONSÁVEIS PELA GREVE

Depois de firmado o acordo na Justiça, entretanto, as companhias concessionárias não o cumpriram. O tempo foi passando, as várias tentativas do sindicato e dos motoristas de cada empresa para que o acordo fosse efetivado esbarraram com a recusa intransigente dos patrões. Diante disso, os motoristas intensificaram sua luta para receber os aumentos atrasados. Isoladamente, os trabalhadores de cada empresa começaram a paralisar o serviço no dia 12. A diretoria do Sindicato convocou uma assembleia geral para o dia 15, a fim de deliberar sobre a greve, mas antes da mesma ter início a paralisação já existia concretamente desde os dias 13 e 14 e já era quase total no transcorrer do dia 15. Assim, a assembleia homologou a greve, que exigia o pagamento in-

tegral desde 27 de março, o pagamento dos dias de greve e a não-punição dos grevistas.

### AUMENTO DAS TARIFAS

A greve originou sérias perturbações na vida da cidade, já que cerca de 900.000 passageiros, diariamente, utilizam-se dos ônibus e lotações no Distrito Federal. A colocação de viaturas militares, da polícia e da prefeitura para transportar o povo minorava parcamente a situação. Diante disso, o prefeito Negrão de Lima encontrou-se frente a três soluções para resolver o caso: a encampação das empresas, o que custaria dois bilhões à prefeitura; a subvenção, que acarretaria a despesa anual de um bilhão de cruzeiros; e a elevação das tarifas.

A Comissão Permanente Contra a Carestia lutou junto ao prefeito para que se fizesse a intervenção nas empresas, por dez dias, e se levasse à apreciação dos sindicatos e entidades estudantis o trabalho elaborado pela comissão da prefeitura que aconselhava o aumento de 28% nas tarifas, em média (as empresas queriam 50%). A proposta era a mais justa. O prefeito considerou mais fácil, entretanto, conceder o aumento.

### VITÓRIA DOS MOTORISTAS

No dia 17, realizou-se a assembleia geral dos motoristas, convocada para decidir sobre as negociações efetuadas pela diretoria do Sindicato com a entidade patronal.

Num ambiente agitado por acesos debates foi aprovada a contra-proposta: pagamento integral dos atrasados dentro de 30 dias, no máximo; pagamento dos dias de greve e não-punição para nenhum grevista.

Era a vitória, praticamente completa, da unidade e da combatividade dos motoristas e trocadores.

### PROFESSORES IRÃO A GREVE

Greve de advertência durante 48 horas, nos próximos dias 25 e 26 — tal foi a deliberação tomada na assembleia geral do Sindicato dos Professores, realizada no dia 15 do corrente. A decisão foi tomada depois que se esgotaram as tentativas da entidade para que os diretores dos colégios cumprissem o pagamento salarial segundo estabelece a portaria 204. Nem a intervenção do ministro Clóvis Salgado logrou quebrar a intransigência dos diretores dos estabelecimentos de ensino.

Falando à imprensa carioca, o professor Bayard Boiteux, presidente do Sindicato, conclamou seus colegas a aderirem à greve, cuja "culpa não nos cabe, uma vez que tudo fizemos, pelos caminhos pacíficos, para solucionar o caso do nosso salário". Segundo suas declarações, a diretoria do Sindicato tem recebido inúmeras demonstrações de apoio, inclusive de entidades estudantis que estão dispostas a participar também da greve de advertência.

# 20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

### CONDIÇÕES NOVAS PARA A VITÓRIA

AGORA, acolhendo em suas páginas o debate amplo e responsável de problemas que há longos meses preocupam os trabalhadores e todas as correntes progressistas de nosso povo, os jornais da imprensa democrática têm as melhores condições de impulsionar vitoriosamente a Campanha dos 20 Milhões. Todos os ajudistas já encontram a possibilidade de responder — ou de encaminhar — as perguntas que lhes formulam, atualmente, homens e mulheres que se interessam vivamente pelo desenvolvimento da luta democrática e patriótica. Todos os que têm ajudado a manter a imprensa do povo poderão verificar, ao mesmo tempo, o seu papel, a

sua importância — e não só isso, contribuir com maior entusiasmo, com suas críticas e opiniões, para transformá-la realmente naquilo que o povo deseja e precisa.

Assim, está afastado um dos principais fatores responsáveis por uma certa paralisa na atividade política e de massas dos amigos e leitores da Imprensa Popular: O clima de entusiasmo que naturalmente suscitará o debate amplo, franco e leal dos problemas candentes do momento pode e deve transmitir-se, desde logo, ao trabalho prático, a começar pelo trabalho de ajuda aos jornais que se tornam o veículo desta apaixonada e democrática discussão.

EM RECIFE, a campanha pelo reequipamento da «Folha do Povo» toma impulso. Amanhã, realiza-se um churrasco-dança promovido pela Comissão Castro Alves, em Caxangá, com o comparecimento das candidatas do concurso de rainha. Entre as comissões, ativa-se a emulação pela venda de bilhetes da rifa de um refrigerador.

EM FORTALEZA, destaca-se o comitê da candidata à rainha do bairro do Campo do Plo, que já realizou festas dançantes, leitões, comandos de venda de votos e um pique-nique. No sede do Botafogo A. C. realizaram-se várias festas dançantes.

EM BELÉM DO PARA os ajudistas do Marco, vanguardistas da campanha, levaram a efeito uma festa no dia 6 do corrente. Até aquela data, os grupos A, B e C haviam recolhido 6%, 22,6% e 2%, respectivamente.

EM SALVADOR, desenvolve-se a campanha para arrecadar um milhão de cruzeiros para o reequipamento de «O Momento». No dia 15, as comissões de Salvador realizaram um coquetel na redação do matutino, quando fizeram a entrega de Cr.\$20.000,00. Amanhã realiza-se um desfile de batucadas na Massaranduba e, no dia 27 próximo, uma festa para eleição da rainha da campanha.

EM NITERÓI, terá lugar na praia de Charitas. O programa inclui torneios esportivos, baile, diversões e shows.

NO PRÓXIMO dia 23, às 20 horas, na ABI, o diretor da Imprensa Popular, jornalista Pedro Mota Lima, fará uma palestra sobre a história da imprensa democrática carioca. Na ocasião, a direção da campanha fará uma prestação de contas ao povo, seguida de um show musical.

# CENTENAS DE FAMÍLIAS DESPEJADAS DAS FAZENDAS DE CAFÉ EM FRANCA



GRUPO de 300 famílias (mais de 1.200 pessoas, entre homens, mulheres e crianças) foram despejadas pelos fazendeiros de café em Franca (São Paulo) no período de pouco mais de um mês. A onda de despejos atingiu a mais de 20 fazendas da região e tem como objetivo intimidar os colonos para que eles deixem de defender, como vêm fazendo,

últimamente, com energia, seus direitos.

Os fazendeiros estão tentando impor nos colonos a retirada das procurações por eles dadas para reclamação, na justiça, dos atrasados do salário mínimo de 1954, férias, aviso prévio, etc. Esses direitos, assegurados pela legislação em vigor, não vinham sendo reconhecidos nas fazendas. E mais: há latifundiários que procuram coagir os colonos a fazerem declarações em cartório, desistindo das Carteiras e comprometendo-se a não ingressar no Sindicato Rural. Ao mesmo tempo, uma onda de colônias contra o Sindicato está sendo desencadeada, porque este vem defendendo intransigentemente os interesses dos trabalhadores e denunciando, sem descanso, as manobras feitas contra eles nos latifúndios.

## SUBSTITUÍDO O JUIZ

Foi recebida com estranheza a transferência do juiz de direito de Franca, dr. João Mendes. Este juiz, julgando uma reclamação do colono Divino Eduardo Reis, decidiu que o fazendeiro devia pagar ao colono na base do salário-mínimo da região, demonstrando, com argumentos irrefutáveis, que o colono é trabalhador rural. A sentença (proferida em julho e divulgada na imprensa de Franca) alcançou enorme repercussão, estimulando a luta dos colonos e de seu Sindicato pelo pagamento do salário-mínimo nas fazendas de café. O dr. João Mendes foi, porém, inexplicavelmente substituído por um outro juiz, que alegando encontrar-se na comarca "interinamente", estivesse recusando a aceitar as reclamações dos trabalhadores rurais do município.

## ALEGACÕES DOS LATIFUNDIÁRIOS

Em fins de agosto, perto de duas centenas de fazendeiros reuniram-se na sede da Associação Rural de Franca e discutiram a situação criada com a sentença do dr. João Mendes, após a qual numerosos colonos vinham exigindo o pagamento do salário-mínimo. Resolveram emitir um memorando ao presidente da República, no qual a proibição do despejo, na Câmara, do projeto de lei que estenda aos trabalhadores rurais os benefícios da legislação trabalhista, reclamam praticamente a supressão daqueles direitos no que se refere aos colonos. Alegam os fazendeiros que seu interesse é "aumentar a produção" e que por esse motivo não podem

concordar com as reivindicações dos colonos, que, se forem atendidas, resultarão na "desorganização das atividades produtivas". Mas os colonos não acreditam em tais conversas e fazem muitas perguntas que os latifundiários não podem responder. Por exemplo: por que eles pediram a transferência do juiz de direito que vinha reconhecendo os direitos dos colonos? Por que eles pedem à polícia que persiga o Sindicato Rural e mandem o seu advogado, sr. Flávio Rocha, coagir os trabalhadores a assinarem declarações desistindo de associarem-se ao mesmo enquanto nem ao menos permitem que o advogado do Sindicato vá à Associação Rural? Se eles querem aumentar a produção, porque estão despedindo colonos em massa e impedindo culturas de cereais.

(Do correspondente da VOZ em Franca, São Paulo.)

# PREPARAM A TOTAL ESPOLIÇÃO DOS COLONOS DE CAFÉ!

EM CIRCULAR distribuída aos fazendeiros de café da Mogiana, pelas Associações Rurais da região, lê-se o seguinte:

**CONTRATO AGRÍCOLAS** — De conjunidade com a orientação da assessoria jurídica desta entidade, vimos a informar aos nossos associados que, por ocasião da elaboração dos contratos agrícolas com seus empregados, não mais se mencionam como COLONOS, mas sim como EMPREITEIROS.

A preocupação das Associações Rurais, evidentemente inspirada pela própria Confederação Rural Brasileira, tem em vista o atual projeto, em discussão na Câmara, a propósito do trabalho rural. Se prevalecer, na lei, o atual texto do projeto, no que se refere aos empreiteiros, os colonos de café ficarão sem quaisquer dos direitos assegurados aos trabalhadores rurais, até mesmo alguns que, no texto em debate, sobram para os classificados na categoria de colono. Desta feita os latifundiários, que influíram decisivamente na elaboração do projeto pela comissão interpartidária da Câmara, tomam medidas que os protegem de qualquer "eventualidade"...

## A ESPOLIÇÃO

Segundo o projeto, suas disposições se aplicam ao colono, assim definido: "colono ou contratista é o que contrata com o proprietário ou preposto autorizado, todas ou quaisquer das fases de preparo, plantio, cultivo e colheita de uma certa área de terras, executando o trabalho com seus familiares e dependentes, nas condições estabelecidas". (Art. 2º item d). Adiante, porém, (artigo 9º) diz o projeto: "NÃO SÃO EMPREGADOS RURAIS PARA OS FINS DESTA LEI... (item b) o tarefeiro ou EMPREITEIRO, assim entendido o que contrata por si ou com o auxílio de outrem

a execução de serviços determinados, dentro da propriedade rural, ainda que a remuneração total ou parcial seja em outro valor que não em moeda, desde que a relação contratual para com o administrador do prédio rural se extinga com a ultimada da tarefa empreitada".

Este artigo, em cujos termos não podem, sendo como uma burla, ser incluídos os colonos, mas que está costumeiramente redigido para dar margem a dúbia interpretação, funcionará, se aprovado, como um verdadeiro alcapão, mediante o qual os colonos serão, sumariamente, postos à margem da lei e espoliados de todas as suas liberdades. Os colonos não podem aceitar a classificação de "empreiteiros" mas os fazendeiros querem impor nos contratos.

# Recusa-se o Juiz a Atender Reclamações Dos Colonos

OS FAZENDEIROS de café do município de Lins (São Paulo) continuam recusando-se a reconhecer aos colonos os direitos que a lei lhes assegura, tais como salário mínimo, férias, etc.

Na Fazenda Ipiranga, por exemplo, a lei não é respeitada e o administrador, sr. João Cândido de Paula, costuma dizer que cede e o patrão mandam sem precisar de lei nem de Sindicatos. A fazenda pertence ao sr. Nilo Marting

# AOS CORRESPONDENTES DA VOZ NO CAMPO

ALGUNS correspondentes da VOZ, no campo (particularmente em São Paulo) estão adotando a prática de enviar à nossa redação exclusivamente cópias das cartas e reportagens que mandam a outros jornais, como "Notícias de Hoje", "Terra Livre", etc. Chamamos sua atenção para o fato de que não seria justo limitar a isso sua correspondência e pedimos que nos enviem, também, notícias e reportagens originais. Como ocorre atualmente, a VOZ, que é semanário, é levada a publicar matéria já publicada, em outros jornais o que muitas vezes, é desnecessário e importa em pura perda de espaço, pois a matéria, quando a publicamos já foi lida pelos interessados em outro jornal.

# URGENTES REIVINDICAÇÕES DA ZONA CACAUEIRA

REPRESENTANTES da Comissão Permanente da II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sul Brasileiro (realizada em Itaboraí na última semana de agosto passado) entregaram ao presidente da República um memorial em que expõem as principais reivindicações da zona cacaueteira, aprovadas na Conferência. São as seguintes as medidas reclamadas ao governo:

- 1 - Comércio livre com todos os países;
  - 2 - Encampação e unificação das dívidas dos pequenos e médios lavradores, pelo Banco do Brasil, com financiamento a longo prazo e juros módicos, mediante contratos com garantia hipotecária, dispensando-se o exaço das formalidades burocráticas atualmente exigidas;
  - 3 - Contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade na região;
  - 4 - Extensão da legislação social ao campo e criação de uma organização de previdência social para os trabalhadores rurais;
  - 5 - Ajuda federal para o rápido andamento da construção da Central Hidrelétrica do Puntil, que representará importante passo para uma considerável melhoria da situação econômica e financeira da zona do cacau.
- Os representantes sul-paulistas estiveram com deputados pela Bahia, encarecendo providências para que sejam concretizadas suas reivindicações, especialmente no que se refere à conquista de novos mercados para o cacau, cujo preço sofreu, há pouco, uma queda brusca em Nova Iorque.

Vasconcelos, que a vendeu em maio, ao sr. Orlando Verrieli. Este quer, agora, cobrar as dívidas dos colonos ao antigo proprietário, que foram perdoadas na ocasião da venda. Os colonos já declararam que não concordam em pagar as dívidas e se dispõem a fazer valer seus direitos.

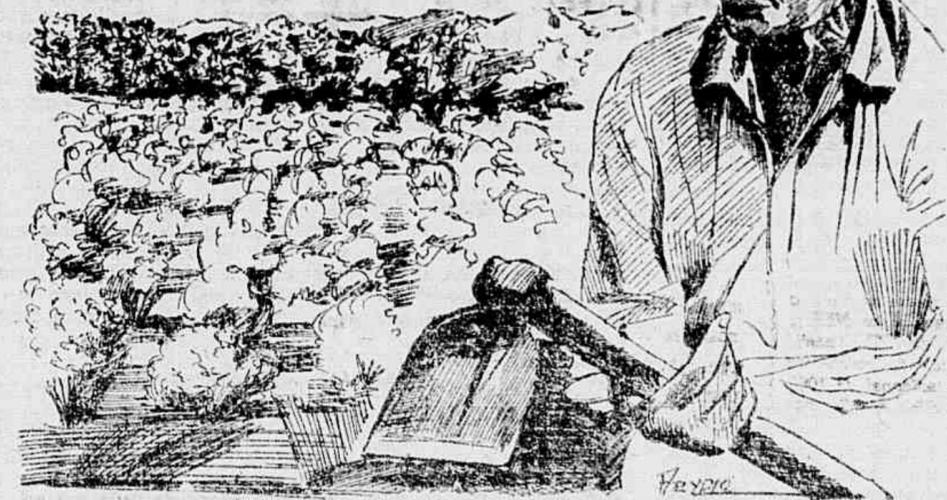
Na Ipiranga nunca foi pago o salário-mínimo de Cr\$ 1.800,00 tal como agora não o é o de Cr\$ 3.200,00. O pagamento, além disso, não é feito em dinheiro, e sim em "ordens" para casas comerciais, que vendem os gêneros aos trabalhadores com um acréscimo de mais ou menos 20% nos preços. O fazendeiro também põe em prática outras formas de exploração. Exemplo: há um "mangueirão" destinado à criação dos porcos dos colonos sendo estes descontados em um dia o meio de salário por ano para que a própria fazenda encarregue-se de tratar o "mangueirão". Isso, porém, nunca é feito e os trabalhadores são obrigados a criar os animais sozinhos, no meio do mato, sujeitos a ataques dos cães.

## O JUIZ CONTRA A LEI

O Sindicato de Lins tem procurado encaminhar providências contra os abusos de que são vítimas os colonos e já requeru, ao juiz Felizardo Calil, que seja cumprida a lei, no que se refere ao pagamento do salário-mínimo, férias, etc. O juiz, porém, respondeu ao presidente do Sindicato, sr. Pedro Xavier dos Santos, que devia procurar o promotor. Este não recebeu as reclamações. Não é a primeira vez que ambos adotam essa atitude, alegando que os colonos não têm direito a férias e salário-mínimo, etc. O Sindicato dirigiu-se à Delegacia Regional de Trabalho de São Paulo, comunicando o fato, e solicitando providências.

O Sindicato está estudando as medidas a tomar para levar adiante a luta pelas reivindicações dos trabalhadores das fazendas de café.

(Do correspondente da VOZ em Lins, São Paulo.)



# Fixados Preços Mínimos Para o Algodão Cearense

## Vitórias dos cotonicultores do Ceará junto ao governo federal

OS CONTONICULTORES do Ceará obtiveram uma vitória ao conseguirem, do governo federal, a fixação de preços mínimos para o algodão. Uma comissão dirigiu-se à capital da República, entregando ao sr. Juscelino Kubitschek um memorial com as reivindicações dos lavradores.

- São as seguintes as decisões do governo:
- 1) - Fixar o preço mínimo do algodão, no presente safrão, para o agricultor, em \$157,50 (serão \$159,00 (moço), \$142,50 (fibras 30-32) e \$135,00 (fibras 28-30)). O governo adquirirá os estoques de algodão não vendidos até 30 de junho de 1957.
  - 2) - Conceder o melhor tratamento financeiro sobre a mercadoria posta em armazém no algodão cearense.
  - 3) - Prorrogação das operações especiais do algodão que se realizarem nos próximos meses.
  - 4) - Financiamento especial para facilitar o escoamento das safras.
- Esses entendimentos, com os cotonicultores cearenses, em direção ao Lide de Mucuripe, com o fim de fazer o escoamento do algodão e outros produtos agrícolas. Embora os preços fixados não se possam considerar plenamente compensadores, seus níveis, bem como as demais concessões feitas pelo governo, foram considerados pelos agricultores cearenses como uma vitória.

# Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B.

## SOBRE OS ENSINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA, O CULTO À PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ATIVIDADE E AS TAREFAS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ESTA SENDO DIVULGADO O SEGUINTE DOCUMENTO:

**1** O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil examinou através de amplos e democráticos debates, uma série de problemas relacionados com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e seus importantes ensinamentos, com o movimento comunista e democrático mundial e com a atividade de nosso Partido. A demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é injustificável. A delegação de nosso Partido, que assistiu, como convidada, ao XX Congresso do P. C. U. S., errou ao retardar demasiadamente sua volta ao Brasil. O Presidium do C. C. do P. C. B. também cometeu o erro de não convocar o Pleno do C. C. Além disso, grande número de membros do C. C. esteve várias vezes reunido e não exigiu a convocação do Pleno do C. C. Em junho último, na V Conferência Nacional do Partido, o C. C. não aproveitou o ensejo para levantar tais problemas. Esta demora deixou nosso Partido em atitude de expectativa, profundamente chocada com a revelação das consequências nefastas do culto à personalidade na União Soviética e nos países de democracia popular da Europa, e em dificuldades para enfrentar seus mais importantes problemas.

Reconhecendo os prejuízos daí decorrentes, o Comitê Central recomenda que o estudo e a discussão das principais questões levantadas no XX Congresso do P. C. U. S. sejam feitos simultaneamente com o exame crítico aprofundado das posições e da atividade de nosso Partido. A discussão de tais questões concorrerá para despertar no seio do Partido uma atmosfera democrática e criadora inteiramente nova, verdadeiramente crítica e autocrítica, o que facilitará a correção de erros e falhas em nossas posições ideológicas e políticas e levará a uma radical mudança nos métodos de trabalho no Partido e do Partido com as massas.

**2** Novas condições surgem e se desenvolvem no mundo. Enormes são os êxitos do povo soviético, que avança vitoriosamente na construção do comunismo. O socialismo transformou-se em sistema mundial, fato novo e fundamental que, nas atuais circunstâncias, condiciona todo o desenvolvimento histórico. Grandiosos são o progresso das forças socialistas e a influência das idéias socialistas. Crescem sem cessar as correntes que lutam pela paz, a liberdade, a democracia e o socialismo. Uma nação após outra se liberta do jugo imperialista. Tudo isto faz prever um surto jamais visto de progresso material e espiritual para toda a humanidade.

Antes da segunda grande guerra, o sistema socialista compreendia unicamente os povos da União Soviética, representando 17% do território, perto de 9% da população e apenas 7% da produção industrial do mundo. Hoje, os países socialistas ocupam mais de 25% da superfície do globo, com uma população superior a 35% do total mundial e suas indústrias contribuem com cerca de 30% da produção industrial do mundo. O que caracteriza o desenvolvimento do sistema socialista mundial é o fato de que ele se processa com um ritmo sem precedentes na história.

Simultaneamente, assistimos à rápida decomposição do sistema colonial, que é um dos pilares do imperialismo. De cerca de 1 bilhão e 500 milhões de seres humanos que antes da segunda guerra mundial compunham a população das colônias e países dependentes, mais de 1 bilhão e 240 milhões já se libertaram da condição de dependência colonial e semi-colonial. O capitalismo se viu impotente para impedir esse processo histórico.

A formação do sistema socialista mundial e a desagregação do sistema colonial do imperialismo colocam os povos que lutam por sua libertação diante de nova situação e de novos problemas. Para os povos dos países pouco desenvolvidos, que aspiram ao progresso e ao desenvolvimento econômico independente, torna-se cada vez mais claro que, mesmo sem fazer parte do sistema socialista mundial, podem desfrutar dos progressos deste sistema. As instalações industriais modernas de que necessitam podem ser obtidas nos países do socialismo, sem qualquer compromisso de caráter político ou militar, contrariamente ao que ocorre com a chamada «ajuda» das potências imperialistas, cujo caráter opressor é evidente. Crescem no mesmo tempo as contradições interimperialistas, e as potências capitalistas já não podem considerar os países pouco desenvolvidos exclusivamente como fonte de fabulosos lucros, vendo-se obrigados, em suas relações com eles, a fazer algumas concessões. Os povos dos países coloniais e dependentes podem hoje alcançar sua completa independência econômica mediante a conquista ou a consolidação da liberdade política e a realização de uma política externa independente e de acordo com os reais interesses nacionais. Força alguma poderá deter a vontade dos povos que lutam por uma vida livre e independente. A repressão armada a que recorrem as potências colonialistas contra povos que se libertaram ou lutam por libertar-se do jugo imperialista está condenada à derrota.

É característico de nossa época o surgimento e crescimento das mais variadas correntes que lutam pela paz, a li-

berdade, a democracia e o socialismo. Apesar das diferenças sociais, ideológicas e políticas, essas correntes podem e devem unir-se em torno de objetivos comuns, na luta contra o imperialismo e a guerra ou na defesa dos interesses vitais do povo.

Profundas são as modificações que se estão operando na estrutura social do mundo e nas idéias e na prática de milhões de seres humanos. O imperialismo, que gera as guerras modernas, não desapareceu, mas existem hoje forças suficientemente poderosas para assegurar uma paz mundial duradoura.

Aos povos do mundo capitalista, inclusive os que lutam por sua libertação do jugo imperialista, abrem-se novos e mais favoráveis caminhos em direção ao socialismo. Simultaneamente, surgem condições que facilitam e impulsionam uma unidade cada vez mais ampla da classe operária e das mais diversas correntes de opinião. São imensas as perspectivas que se apresentam ao movimento comunista e democrático no mundo inteiro.

Importante contribuição para compreender as questões essenciais do desenvolvimento internacional contemporâneo, que determinam a marcha atual dos acontecimentos e as perspectivas futuras, foi dada pelo XX Congresso do P. C. U. S.

**3** No Brasil, também estão-se operando importantes modificações econômicas e sociais. São melhores as condições que permitem modificações na correlação de forças políticas favoravelmente à democracia, à independência e ao progresso. Tendem a unir-se as amplas forças patrióticas e democráticas, desde a classe operária até importantes setores da burguesia. Vai-se isolando e reduzindo a minoria de reacionários e agentes do imperialismo norte-americano, que luta desesperadamente contra as aspirações de nosso povo e os supremos interesses nacionais. Agravam-se as contradições no seio das classes dominantes, com reflexos em todos os partidos políticos, no parlamento e no seio do governo do sr. Juscelino Kubitschek.

Evidencia-se assim a tendência a uma polarização de forças no país. A atividade de nosso Partido tem sido orientada, em geral, no sentido de acelerar esse processo.

As forças patrióticas e democráticas conseguiram alguns êxitos bastante expressivos nos últimos tempos, com a vitória nas eleições de 3 de outubro que levou aos movimentos de 11 e 21 de novembro, com a posse dos eleitos e a suspensão do estado de sítio. Através de campanhas patrióticas em defesa das riquezas nacionais, por uma política brasileira sobre o petróleo e a energia atômica, nosso povo alcançou grandes vitórias. As lutas pelas liberdades democráticas se desenvolveram e atingiram considerável amplitude na campanha da anistia e no atual movimento contra uma nova lei de imprensa. A conquista de novos níveis de salário-mínimo foi uma importante vitória das massas trabalhadoras. Amplos setores da população unem seus esforços na luta contra a carestia da vida.

Apesar dos êxitos alcançados, a unidade das forças que almejam a democracia e o progresso do Brasil tem sido insuficiente para impedir certos golpes contra o movimento democrático e patriótico e para obter novas e mais efetivas mudanças de caráter democrático e progressista na política interna e externa do país.

**4** O Comitê Central, após examinar nossa própria experiência e a situação de nosso país que evolui e se modifica com rapidez, e levando em conta ainda a nova situação mundial conclui que a orientação política de nosso Partido deve ser a mais ampla, flexível e audaz. Nossa atividade deve ser orientada de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns, tais como:

1) Defesa da soberania nacional, por uma política externa de paz, pelo comércio livre e relações amistosas com todos os povos. Defesa e exploração das riquezas naturais. Defesa da indústria nacional, pelo desenvolvimento independente da economia brasileira.

2) Defesa das liberdades democráticas consagradas na Constituição, abolição das discriminações ideológicas e políticas, revogação das leis que ferem as franquias constitucionais. Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

3) Melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo. Medidas contra a inflação e a carestia da vida. Medidas eficazes de reforma agrária, que favoreçam a posse da terra e meios de trabalho aos camponeses. Redução das taxas de arrendamento da terra; extensão da legislação social ao campo. Melhorias para os municípios e as populações do interior.

Para levar adiante esta orientação política, o Partido Comunista do Brasil deve estabelecer entendimentos e acordos com todas as forças, correntes de opinião e partidos políticos. Estamos prontos a colaborar com todos os brasileiros que assumam atitude favorável a todas, a algumas ou a uma só das proposições que ora apresentamos. Com este mesmo propósito, estendemos a mão aos dirigentes e adeptos dos diversos partidos políticos. Estamos convencidos de que juntos conseguiremos a melhor maneira de afastar os obstáculos que separam brasileiros de brasileiros. O essencial é nos unirmos. As forças patrióticas e democráticas unidas têm condições de fazer prevalecer sua vontade.

O atual governo do sr. Juscelino Kubitschek foi eleito e empossado graças ao apoio de ampla coalizão eleitoral que se estendia desde as forças patrióticas e democráticas, inclusive os comunistas, até mesmo conhecidos reacionários que têm ligações com os diferentes monopólios imperialistas. No seio do governo se refletem contradições e choques de interesses, acentuando-se, porém, duas tendências principais — a das forças patrióticas, democráticas e progressistas, ainda agora vitoriosas no terreno da política atômica, e a das forças retrógradas que lutam por impedir qualquer modificação progressista na política externa e interna. Em face dessa situação, devemos apoiar com vigor as forças patrióticas que participam do governo e deste reclamar novas medidas em defesa da soberania nacional e contra quaisquer tentativas de instaurar no país uma ditadura terrorista. Ao mesmo tempo, devemos combater e desmascarar os elementos reacionários pró-ianques que ocupam posições importantes no governo, assim como os atos negativos do sr. Kubitschek. Tenhamos sempre em vista, porém, que o avanço da democracia e a conquista da verdadeira independência nacional dependem fundamentalmente da unidade e da luta do povo.

Em cada Estado, território e município, é indispensável que as organizações do Partido estudem concretamente a disposição das forças políticas e a composição do governo locais, a fim de que possam traçar sua conduta política e realizar entendimentos e acordos segundo a orientação do Partido. Em nosso vasto país, com problemas tão diversificados, os êxitos da luta pela democracia, pela independência nacional e pela melhoria das condições de vida do povo muito dependem de serem levantadas as reivindicações concretas de cada local de trabalho, de cada distrito, município e Estado. Isto facilitará grandemente nossas ligações com as massas e nossa cooperação com todas as forças e pessoas progressistas, patrióticas e democráticas.

O fortalecimento da unidade da classe operária, o desenvolvimento e consolidação da aliança operário-camponesa são fatores decisivos para garantir a estabilidade e a ampliação da frente única. As reivindicações específicas da pequena-burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer da parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação aos latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos de nosso povo. Concentrando sempre o fogo contra os imperialistas norte-americanos e seus agentes no Brasil, nosso dever é cooperar com todos os que desejam lutar pela soberania nacional, pelas liberdades democráticas, por melhores condições de vida para o povo, por um Brasil próspero e independente.

O Comitê Central é de opinião que, simultaneamente, com a luta firme pela aplicação desta orientação política, é direito e dever de cada comunista examinar com espírito crítico e autocrítico o Programa do Partido. É admissível que muitas de suas teses e fórmulas não correspondam às necessidades políticas do povo brasileiro nem à solução de seus problemas. À luz de nossa atividade, da experiência adquirida na luta pela realização de nossas tarefas e do exame das transformações que se operam no Brasil e no mundo, cada comunista pode e deve pesquisar mais atentamente o caminho brasileiro para a mais ampla democracia, a libertação nacional e o socialismo. Para isso, os comunistas devem estudar a realidade brasileira, analisando o desenvolvimento histórico de nosso povo e acompanhando as mudanças que se manifestam no complexo da situação econômica, política e social do país. Tendo em conta o caráter de classe e revolucionário de nosso Partido, devemos saber indicar as transformações que atendam às aspirações de nosso povo e ao progresso do Brasil.

**5** O XX Congresso do P. C. U. S. deu grande destaque ao princípio leninista segundo o qual o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e coletivo, acentuando que este princípio havia sido violado na vida do P. C. U. S. durante longo período. Afirmou-se que após a morte de Stálin se restabeleceu no Partido a democracia interna e a direção coletiva. A questão da luta contra o culto à personalidade e suas consequências ocupou lugar de relevo nas discussões do XX Congresso. Foi vigorosamente criticado, como contrário aos princípios marxistas-leninistas e nocivo à ação dos comunistas, o culto ao indivíduo, culto que existiu no P. C. U. S. e no movimento comunista mundial. Igualmente foram criticados alguns erros teóricos de Stálin e sua atividade como dirigente do Partido e do Estado. O P. C. U. S. cumpriu um dever comunista ao levantar o debate em torno de tais questões, o que constituiu um mérito de revolucionários proletários. Tudo isso demonstra a grande vitalidade do Partido Comunista da União Soviética e do marxismo-leninismo.

Todos nos chocamos com a gravidade dos erros cometidos por Stálin e pelo Comitê Central do P. C. U. S. sob a direção de Stálin. Grande estranheza, além disso, causou-nos o fato de a denúncia dos erros de Stálin ter chegado ao conhecimento de todos nós, de nosso Partido e de nosso povo, através da imprensa burguesa. É dever de cada comunista, no entanto,

# Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B.

## SOBRE OS ENSINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA, O CULTO À PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ATIVIDADE E AS TAREFAS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

examinar esta questão com serenidade e responsabilidade. Muito sérias foram as violações da legalidade socialista e no funcionamento democrático do P. C. U. S., tendo havido erros na política interna e externa da U. R. S. S., com reflexos negativos no movimento comunista e democrático mundial. Sem justificar de forma alguma ou pretender diminuir a gravidade de tais erros, devemos, porém, compreender as difíceis condições em que se desenvolveu a União Soviética, primeiro país do mundo onde a classe operária conquistou o poder e construiu o socialismo. Sob o ataque furioso da reação de todo o mundo capitalista, o povo soviético, dirigido pelo Partido Comunista, teve que travar uma luta amarga e impiedosa para defender o Estado socialista. Dentro deste quadro, surgiram graves erros, sérias injustiças, violações da legalidade socialista e abusos contra certas minorias nacionais. Só em sua perspectiva histórica é que podemos apreciar corretamente os erros e compreender suas causas.

É uma atitude idealista supor que os comunistas não erram. Mas devemos ter sempre em vista o que de mau pode ocorrer ao movimento revolucionário quando se desprezam os lados negativos, as falhas e os erros e se vêem apenas os lados positivos, os êxitos e as vitórias. Este, um dos principais ensinamentos que devemos extrair dos erros agora denunciados pelo Partido Comunista da União Soviética.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil congratula-se com o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética por sua Resolução de 30 de junho deste ano a respeito da luta contra o culto à personalidade e suas nefastas consequências. Valorizamos devidamente os esforços feitos pelos camaradas soviéticos desde a morte de Stálin para restabelecer o princípio da direção coletiva, dando passos no sentido da restauração da legalidade soviética e da democracia na vida do Partido.

Devemos examinar as causas que nos levaram a desenvolver e estimular o culto à personalidade de Stálin, assim como pôr a nu os erros que em consequência disto cometemos. O culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo. É uma concepção idealista que freia a capacidade de iniciativa dos militantes do Partido e das massas, impede o desenvolvimento criador da teoria e da prática revolucionárias, dificulta o exercício da crítica e autocrítica e da direção coletiva. Infringimos os princípios do marxismo no que tange ao papel das massas e do indivíduo na história, ao estimular em nosso Partido e em nosso povo o culto à personalidade de Stálin e ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stálin, do P. C. U. S. e da União Soviética. Neste sentido, cabe nos destacar que foi errada nossa posição em 1948 e 1949 diante do Partido Comunista da Jugoslávia. Faltou-nos na oportunidade o necessário espírito crítico e aprovamos incondicionalmente a decisão errônea do Bureau de Informação. Reconhecemos agora nosso erro e tudo faremos para corrigi-lo, procurando sem maior tardança restabelecer nossas relações fraternais com os camaradas iugoslavos.

Salientamos que nosso Partido se guia pelo princípio da igualdade entre todos os partidos comunistas e operários e reafirmamos com orgulho nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário e de apoio firme e ativo à União Soviética e demais países do campo socialista.

**6** A revelação dos graves erros cometidos na U. R. S. S., em consequência do culto à personalidade de Stálin, despertou-nos para a necessidade de democratizar a vida de nosso Partido. A democratização da vida do Partido é a maneira pela qual florescerá em nossas fileiras a atividade criadora e será estimulado o senso crítico dos comunistas, fazendo despertar novas iniciativas e dando novo impulso a todas as organizações e organismos dirigentes.

Creeceram as forças de nosso Partido e tende a tornar-se sempre maior sua influência entre as grandes massas. Entretanto ainda não eliminamos os erros e insuficiências que dificultam nossa atividade, o aumento mais rápido de nossos efetivos e o desempenho de um papel mais destacado na vida política do país. Podemos agora melhor compreender o muito que há de errôneo nos métodos de direção que aplicávamos em nosso Partido. A responsabilidade dos graves erros e debilidades que ora começamos a examinar cabe fundamentalmente ao Comitê Central e, em particular, ao Presidium e ao Secretariado.

As funções do Comitê Central eram, na prática absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado. O Comitê Central não desempenhava plenamente suas verdadeiras funções; não existia ambiente propício ao exercício da direção coletiva; não existia o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões. O Presidium e o Secretariado do Comitê Central tornaram-se órgãos hipertrofiados. Caíram num desafiado afastamento das massas do Partido e da vida real, o que determinou o surgimento de elementos de burocratismo em sua atividade. Proliferavam as ordens e diretivas, mesmo para as

menores coisas, o que entravava ou impedia a iniciativa dos quadros, dos militantes e dos organismos.

A anomalia existente nos órgãos dirigentes superiores do Partido projetava-se, com maior ou menor intensidade, na vida de todos os organismos intermediários e daí para as Organizações de Base, cuja atividade política era sufocada em consequência desses métodos. A opinião e a colaboração de militantes do Partido não eram em geral levadas em conta, o que revelava falta de confiança na sabedoria coletiva do Partido.

Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação — predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levavam ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido. As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudillescas ainda muito vivas e nos restos patriarcalistas existentes na sociedade brasileira. Estão igualmente numa falsa concepção sobre a natureza e o papel do Partido Comunista do Brasil que, como vanguarda organizada e marxista da classe operária, deve ser, por excelência, educador de homens e expressão dos interesses e da vontade das massas populares.

É chegado o momento de travar em todo o Partido uma luta persistente pela correção desses males, sem esquecer jamais que se trata de desarraigar toda uma tradição e que isto não será conseguido sem vencer sérias e obstinadas resistências, ainda que se apresentem sob as formas mais sutis. Nas condições atuais, para que possamos desempenhar o importante papel que nos cabe na vida política do país, necessário se torna que todo o Partido desenvolva grande atividade. Os organismos do Partido devem decidir coletivamente, no âmbito de sua atividade, sobre os problemas que se colocam diante do Partido, executando suas tarefas e tendo o máximo de iniciativa, sem esperar passivamente as ordens e diretivas de cima. A política de quadros até agora seguida no Partido deve ser reexaminada, adotando-se o método de persuasão e educação na formação dos quadros e o critério de promoção por seu trabalho, capacidade e qualidades morais. A questão da origem social como critério de promoção dos quadros merece especial atenção no debate que ora se inicia. O trabalho teórico permanente em ligação com o trabalho prático cotidiano deve ser estimulado; o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal, deve ser garantido. A liberdade de criação artística e a atividade criadora dos intelectuais comunistas devem ser incentivadas e respeitadas. Conquanto a submissão da minoria à maioria deva ser rigorosamente observada em todo o Partido, é importante examinar a conveniência de vir a ser assegurada à minoria o direito de manter e defender sua opinião. Sabemos encontrar, dentro das condições de clandestinidade em que estamos obrigados a atuar, a justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina. É indispensável observar os princípios do centralismo democrático, melhorar a direção coletiva, estimular e utilizar em maior grau a crítica e a autocrítica e prestar a devida atenção à crítica vinda de baixo. Para dirigir com êxito a luta histórica de nosso povo pela liberdade, pela independência nacional e pelo progresso do Brasil, para evitar defeitos e erros ou estar em condições de corrigi-los a tempo, é imprescindível elevar a um novo nível a democracia na vida do Partido.

É igualmente necessário intensificar a luta ideológica em nossas fileiras. Combatendo com firmeza as manifestações e tendências estranhas à ideologia do proletariado, devemos concentrar o fogo no sectarismo e no subjetivismo, que são atualmente as tendências mais prejudiciais à atividade de nosso Partido.

O sectarismo nos tem causado sérios prejuízos no trabalho com as massas e com os aliados. Nossa atividade política e prática está impregnada de fortes tendências «esquerdistas» e sectárias, o que se revelou ainda recentemente em face de importantes movimentos de frente única e campanhas de massa. Somos intransigentes, pouco inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados. Chegamos até ao rompimento sem motivos reais com pessoas que não pensamos como nós e com as quais nem sempre sabemos encontrar o terreno para a ação comum. Utilizamos métodos impositivos. As explicações acessíveis e persuasivas, a linguagem simples e concreta e a atitude modesta e exemplar não são ainda nosso padrão de trabalho entre as massas. Generalizou-se entre nós a tendência de que as organizações de massa sob nossa influência devem participar obrigatoriamente de todas as campanhas que dirigimos ou apoiamos. Nem sempre sabe-

mos considerar devidamente o término das lutas, nas quais nos lançamos, às vezes, sem levar em conta as forças mobilizadas, a disposição das massas e dos aliados. Muitas pessoas, assustadas com nossas palavras de ordem políticas, muito avançadas ou nossos métodos errôneos de trabalho, se afastavam das lutas e das posições de unidade. Esquecemos frequentemente que o papel dirigente do Partido deve ser conquistado mediante um trabalho de massas cotidiano e uma justa política e que é através da própria experiência que as massas serão ganhas para as posições que defendemos. Faltou-nos muito para agir com inteira compreensão, cordialidade e paciência, e deixamos por vezes de cumprir nosso dever como força de coesão e principal fator de entendimento mútuo. Na prática subestimamos os aliados, procuramos tutelar as massas e somos levados a substituir as massas pelo Partido e pelas personalidades. As tendências sectárias ainda existentes no Partido revelam incompreensões a respeito do papel das massas populares e do Partido na luta de libertação nacional e social de nosso povo. Essa luta só pode ser travada com pleno êxito pelas massas de milhões de brasileiros. O dever do Partido, como servidor das massas, é persuadi-las, mobilizá-las, uní-las a tudo fazer para bem dirigir suas lutas.

O subjetivismo nos tem levado a incompreensão da realidade, a interpretações mecânicas e unilaterais dos fenômenos, a falsas avaliações de fatos e situações, de suas causas e consequências. Sob a forma de empirismo, que substitui a teoria, o subjetivismo nos levou a cometer graves erros; mas é sob a forma do dogmatismo que o subjetivismo mais se manifesta em nossas fileiras. O dogmatismo tem-nos causado grandes prejuízos mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o P. C. U. S. em muitas formas de construção do Partido, apesar da extrema diversidade de condições. A aceitação, sem espírito analítico e crítico, das idéias de comunistas e de partidos comunistas de outros países, era comum em nossa atividade. O dogmatismo nos tem levado a não dar suficiente atenção ao estudo da experiência das lutas de nosso povo e de nosso Partido. Como negação do marxismo-leninismo e entrave à justa compreensão e direção da luta de libertação nacional e social de nosso povo, o dogmatismo deve ser enérgica e permanentemente combatido. Para superar o dogmatismo é indispensável intensificar em todo o Partido a educação ideológica marxista-leninista em união indissolúvel com o estudo da realidade nacional e com a prática do movimento revolucionário brasileiro, generalizando nossa experiência. Guiados pelo marxismo-leninismo, elaboraremos o caminho brasileiro para a libertação nacional e social de nosso povo.

**7.** O Comitê Central abre o debate sobre os problemas levantados neste projeto de Resolução plenamente confiante nas forças de nosso Partido. Esta discussão conduzirá ao fortalecimento do Partido e de sua unidade, contribuirá para o desenvolvimento do espírito de camaradagem entre os comunistas e será benéfica aos interesses de nosso Partido e de nosso povo.

Serão publicados os trabalhos dos membros do Partido inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar.

Que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica. Que se estabeleça viva e fecunda luta de opiniões à base de princípios, em busca de soluções justas para os problemas. Que a livre discussão dessas questões no Partido estimule a iniciativa criadora e o senso de responsabilidade dos comunistas, assegure a luta contra tudo que seja prejudicial aos interesses partidários e se desenvolva em ligação com a aplicação entusiástica de nossas tarefas. A democratização da vida do Partido elevará a um nível superior a atividade em nossas fileiras.

O Comitê Central examinará com atenção e solicitude todos os problemas, sugestões e críticas que forem levantados através deste amplo debate, a fim de recolher e utilizar a sabedoria coletiva do Partido. Após ouvir todo o Partido, o Comitê Central adotará a necessária Resolução sobre os problemas em debate.

O Comitê Central designou uma Comissão para, com a colaboração do Partido e aproveitando os materiais e sugestões do presente debate, elaborar os documentos para a convocação do V Congresso do Partido.

Salvaguardemos os supremos interesses do Partido, confiando na força revolucionária da verdade. Estamos convictos de que esta discussão reforçará o prestígio do Partido entre as massas e nossos aliados e tornará mais sólida a unidade orgânica, política e ideológica de nossas fileiras em torno do Comitê Central.

Rio de Janeiro, Outubro de 1956.

**O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

# Problemas da Construção Socialista na China

(CONTINUAÇÃO DO INFORME DE LIU CHAO-CHI AO VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA)

## A FRENTE ÚNICA

Com o desenvolvimento vitorioso da edificação do socialismo em nosso país, nossa frente única popular democrática ampliar-se-á cada vez mais. Devemos continuar a apoiar com firmeza a união com os representantes das camadas superiores das minorias nacionais, com os membros dos círculos religiosos dotados de sentimentos patrióticos, com outros elementos patrióticos que exercem certa influência na sociedade, e com cidadãos chineses patriotas residentes no estrangeiro que também são parte integrante da frente única. Em suma, é nosso objetivo pôr em movimento todos os elementos ativos para que possam prestar sua contribuição à edificação do socialismo.

É preciso claro que a mais ampla frente única e a mais ampla coesão patriótica entre esses elementos, não só não prejudica a ditadura do proletariado mas, ao contrário, contribui para reforçá-la e desenvolvê-la.

O regime estatal em nosso país é uma combinação entre democracia superior e suprema centralização. A história de nosso país, durante os últimos anos, comprova as vantagens oferecidas por esse regime. Isso não quer dizer, é claro, que na atividade dos órgãos oficiais de nosso país tudo marche bem. Muitas de nossas instituições estatais e funcionários públicos afastam-se, com frequência, em sua atividade, dos princípios justos que regem nosso regime estatal, e não se limitam apenas a não permitir o desenvolvimento de suas forças vitais, mas criam obstáculo a esse desenvolvimento. Isso também não quer dizer que nosso regime estatal já tenha atingido a plena perfeição. Ainda exige tempo para que esse regime se torne gradativamente maduro e perfeito; qual é, porém, hoje, a tarefa principal no que diz respeito à melhoria das atividades públicas? Para podermos acompanhar a situação nova vigente nas transformações socialistas e na edificação do socialismo, uma das importantes finalidades no trabalho das organizações estatais deve ser, hoje, o desenvolvimento da vida democrática e da luta contra o burocratismo. Em muitas de nossas instituições oficiais o burocratismo se manifesta, no fato de que os funcionários dirigentes, localizados na cúpula, não conhecem a opinião de seus subordinados e das massas, fazem pressão contra suas observações críticas e mantêm uma atitude de indiferença para com a vida das massas. Manifestações do burocratismo, como o desligamento das massas e da realidade, freiam seriamente o desenvolvimento da vida democrática em nosso país, e impedem o progresso na atividade das amplas massas populares e o progresso da causa do socialismo. É indispensável que aperfeiçoemos seriamente e sistematicamente o aparelho estatal, simplifiquemos sua estrutura orgânica, definamos com precisão os deveres de cada funcionário e ajudemos a se libertarem de um estilo de trabalho no qual só se ocupam das azáfamas burocráticas, da aposição de assinaturas em papéis e não entram em contacto com as massas, não estudam a situação e a política do Partido. Para os dirigentes das instituições oficiais, centrais, provinciais e urbanas é necessário estabelecer uma regulamentação concreta, de acordo com a qual eles devem comunicar-se regularmente com os trabalhadores de base e comparecer aos locais, estudar a situação e controlar o trabalho in loco, ouvindo a opinião da massa; é necessário exigir que os dirigentes sigam estritamente essas instruções.

## LUTA CONTRA O BUROCRATISMO

A luta contra o burocratismo é uma luta prolongada. Estamos, porém, absolutamente certos, que com nosso regime democrático popular poderemos extirpar, pouco a pouco, o mal do burocratismo. Isso se explica pelo fato de que nosso Estado é o oposto aos estados dirigidos pelas classes exploradoras, onde uma insignificante minoria oprime a esmagadora maioria, e também pelo fato de que nosso regime é, por sua natureza, oposto ao burocratismo. Para lutarmos eficazmente contra o burocratismo devemos intensificar simultaneamente em vários sentidos o controle sobre a atividade estatal. Em primeiro lugar, é necessário reforçar a direção e o controle exercidos pelo Partido em relação às instituições estatais. Os comitês do Partido das diferentes instâncias devem manter um permanente controle sobre o trabalho das organizações do Partido nos órgãos do poder de diversos graus. Além disso, os vários departamentos, comitês partidários devem manter o controle permanente sobre as organizações partidárias e os membros do Partido nas sessões correspondentes dos órgãos do poder. Em segundo lugar, é necessário intensificar o controle exercido pela Assembleia Povo do Representantes do Povo e pelo seu Comitê Permanente sobre os órgãos centrais do poder, e o controle exercido pelas assembleias locais de representantes do povo de todos os graus sobre os órgãos locais do poder em todos os graus. Com esse objetivo os deputados das assembleias de representantes do povo devem intensificar o controle do trabalho nos locais para colher amplamente a opinião das massas populares. Além disso, devemos intensificar o controle e a crítica e a análise do trabalho dos órgãos do poder pelas assembleias dos representantes do povo de todos os escalões. Em terceiro lugar, os órgãos do poder de todos os graus precisam intensificar o controle de cima para baixo e de baixo para cima. Na luta contra o burocratismo os órgãos de controle estatal devem revelar integralmente seu devido papel. Em quarto lugar, é preciso intensificar o controle exercido pelas massas populares e pelos trabalhadores de base sobre o trabalho nas instituições oficiais. É necessário estimular e apoiar a crítica e a revelação das deficiências pela base; as pessoas que fazem represálias contra a crítica ou que dela procuram se vingarem devem receber o merecido castigo.

## NECESSIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO

Um importante problema na atividade estatal é no momento a necessidade de delimitar devidamente os direitos administrativos entre os centros e os locais, o que também corresponde à necessidade de desenvolvimento da vida democrática e de superar o burocratismo.

Depois da formação da República Popular da China, com a finalidade de realizar e consolidar a unidade no país, fomos

contra o isolacionismo e concentramos no centro muitas funções, o que era de todo necessário. No entanto, durante os últimos anos certos Ministérios e departamentos centrais concentraram em suas mãos um número demasiado de funções, restringiram de maneira brutal e em demasia a iniciativa local, não levaram em conta a situação específica e as condições dos locais, não consultavam estes a respeito das questões que exigiam consulta; certos órgãos expediam uma grande quantidade de impressos e fórmulas com caráter puramente formal, o que cria uma grande pressão sobre os órgãos locais. Esse modo de proceder não só deixou de ser proveitoso para a atividade dos órgãos locais, como também dispersava as forças no centro e desenvolvia o burocratismo. Não se pode conceber que num país tão imenso como o nosso centro possa tomar em suas mãos todas as questões do Estado e realizá-las com êxito. É de todo necessário transferir aos locais parte dos direitos administrativos. Em muitos setores de trabalho no país como, por exemplo, na agricultura, na indústria pequena e média, no domínio dos transportes e do comércio local, na educação média e primária, no domínio da saúde pública e das finanças locais, etc., o centro deve apenas dar a orientação geral, os princípios e o plano geral, enquanto que o trabalho concreto deve ser administrado nos locais onde é realizado partindo das condições do local e do tempo. Além disso, é necessário destacar parte dos trabalhadores nas empresas e enviá-los para trabalhar nos locais. As províncias, cidades, cantões, e comarcas devem ser concedidos dentro de certos limites, direitos administrativos. Partindo dessa orientação, em conjunto com os locais, o centro estuda e elabora hoje um projeto concreto e também se prepara para sua organização vitoriosa. Assim poder-se-á desenvolver atividade tanto dos órgãos centrais como dos órgãos locais, o que emprestará à necessária operosidade no centro e à periferia, permitindo ao mesmo tempo realizar o controle mútuo. Isso tem grande importância como contribuição ao fomento geral da edificação do socialismo em nosso país.

## O PROBLEMA DAS MINORIAS

A solução justa do problema das minorias nacionais representa uma das importantes finalidades de nossa atividade estatal. É nosso dever fazer esforços ainda mais intensos no sentido de ajudar as minorias nacionais a alcançarem o progresso no domínio da economia e da cultura e assim a revelarem plenamente seu papel ativo na edificação do socialismo em nosso país.

Durante os últimos anos verificaram-se sérias transformações na situação das minorias nacionais. Na maioria das regiões ocupadas por minorias nacionais do país conquistou-se vitória decisiva na realização das transformações democráticas e socialistas. Nas regiões das minorias nacionais vivem mais de 35 milhões de pessoas; entre 28 milhões já terminou no fundamental a realização das transformações socialistas; entre 2 milhões e 200 mil estão sendo realizadas; em regiões de população de cerca de 2 milhões realizam-se transformações democráticas e somente entre pouco mais de 3 milhões as transformações democráticas ainda não estão sendo realizadas.

Realizando nessas regiões transformações democráticas e socialistas, devemos manter a orientação prudente e inflexivelmente por nós seguida, isto é, no sentido de que as massas populares nessas nacionalidades e seus chefes cuidem por si mesmos de seus problemas com base em estudo demorado, por meio de consultas e de acordo com a vontade das próprias minorias nacionais. Durante as transformações devemos nos ater aos métodos pacíficos, sem recorrer à violência.

No que diz respeito aos representantes das camadas superiores das minorias nacionais, depois que desistirem de explorar e oprimir os trabalhadores, o Estado tomará medidas adequadas para não permitir o pioramento das relações políticas com os mesmos e o pioramento de seu nível de vida, e também persuadirá as massas populares a cooperar com eles durante longo tempo. Quanto ao problema das crenças religiosas devemos durante prolongado tempo realizar com firmeza nas regiões de minorias nacionais uma política de liberdade de crença, e durante as transformações sociais, em caso al-

gum não interferiremos nas questões religiosas; é necessário ajudar aos sacerdotes dos cultos religiosos a resolver de maneira conveniente suas dificuldades de vida.

A par das transformações sociais, a chave para transformar as minorias nacionais em nações modernas é o desenvolvimento da indústria moderna em suas regiões. Durante o I Plano quinquenal o estado já criou em muitas dessas regiões várias bases industriais novas, organizou ali certos setores da grande indústria moderna e dos transportes e continuará essa atividade durante o II Plano Quinquenal, o que corresponde aos interesses gerais e básicos de todas as nacionalidades, no país. O povo khan e todas as minorias nacionais devem lutar em conjunto pela completa realização desse plano estatal. Ao mesmo tempo e com o objetivo de satisfazer às necessidades específicas das minorias nacionais, os órgãos centrais e também os órgãos do poder nas províncias e regiões autônomas devem criar gradativamente a indústria local nas regiões das minorias nacionais, partindo das possibilidades objetivas e do tenor nessas regiões — estatais, subordinadas ao centro ou princípio da utilidade econômica. As empresas industriais existentes nessas regiões estatais, subordinadas ao centro ou locais — devem prestar ajuda na formação da classe operária, de cientistas, técnicos e economistas entre os membros das minorias nacionais. Só nessa condição é que as minorias nacionais poderão elevar-se ao nível da atualidade em todos os setores e de maneira relativamente rápida.

Por força de condições que se constituíram historicamente a realização de transformações sociais e a edificação econômica e cultural nas regiões das minorias nacionais requer grande ajuda por parte do povo khan. Por isso, o melhoramento das relações entre a nação khan e as minorias nacionais, entre os trabalhadores khans e os trabalhadores das minorias nacionais assume significação particularmente importante. Atualmente o problema básico para a melhoria dessas relações é a superação do chovinismo grão-khan.

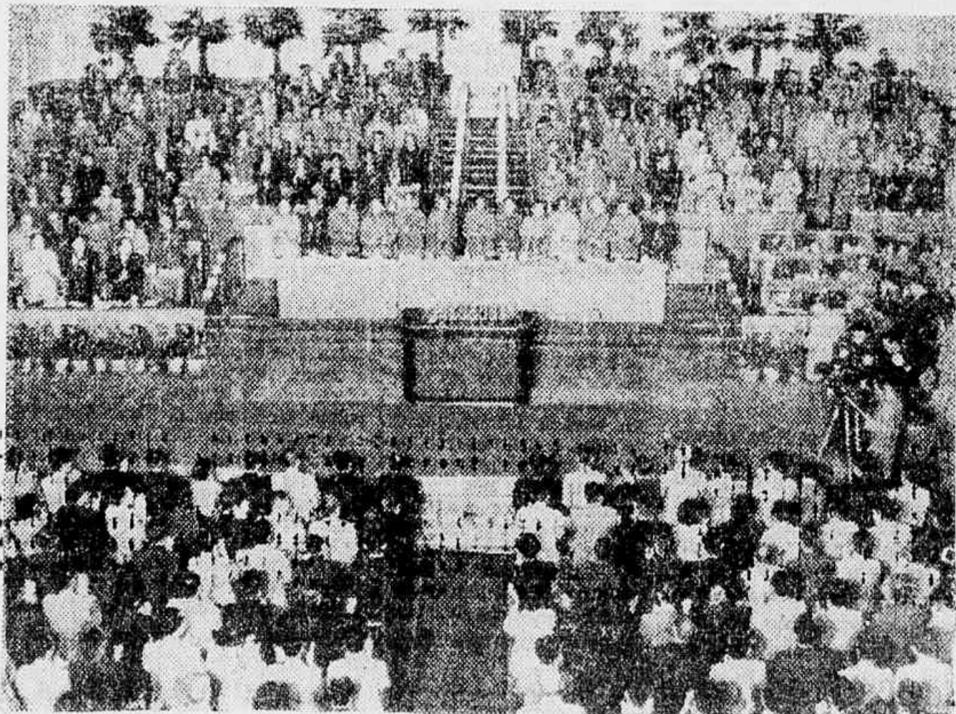
Uma quantidade bastante grande de quadros khans trabalhando durante os últimos anos nas regiões das minorias nacionais. A maioria deles realiza com acerto a política nacional do Partido e as tarefas estabelecidas por este, graças a que conquistaram a simpatia das minorias nacionais. No entanto, parte deles não respeita a categoria funcional e as opiniões dos quadros nacionais, não desejam ajudar de maneira ativa e paciente as minorias nacionais a se tornarem senhoras de suas próprias questões, centralizam tudo em suas mãos e as substituem. Essas falhas e erros estão ligados ao desvio de chovinismo grão-khan, ainda existente na consciência de alguns camaradas, e que se manifesta na atitude desdenhosa para com as minorias nacionais.

Todas as nacionalidades da China — criadoras em comum da história e da cultura de nosso país — continuarão a construir em conjunto nossa grande pátria socialista. O nível de desenvolvimento das diferentes minorias nacionais, em nosso país não é igual. Isso de forma alguma sugere, porém, que todas elas sejam atrasadas em todos os sentidos. O nível de desenvolvimento de algumas nacionalidades alcançou ou quase se igualou ao nível de desenvolvimento da nação khan. Certas nacionalidades, porém, em determinados setores ultrapassaram a nação khan, e o povo khan deve aprender com elas. Cada nacionalidade possui seus méritos próprios. Considerar que as minorias nacionais não possuem nenhuma qualidade positiva e em tudo cedam à nação khan é assumir posições de chovinismo grão-khan.

O esquecimento do importante papel representado por todas as minorias nacionais na edificação do socialismo em nosso país, constitui também uma das manifestações do chovinismo grão-khan. Embora todas as minorias nacionais constituam apenas 6% da população total, as regiões que ocupam representam cerca de 60% do território de nosso país e, além disso, encontramos ali muitos lugares ricos em recursos industriais. É perfeitamente claro que seria erro considerar que nosso país pudesse ser transformado em grande potência socialista apenas graças aos esforços da nação khan, sem a participação ativa das minorias nacionais nos esforços comuns.

É necessário corrigir realmente todas as concepções grão-khan de que falávamos acima. Só superando com firmeza qualquer manifestação, até mesmo a mais insignificante, do chovinismo de grão-khan é que se poderá acabar com êxito com o estado de espírito de chovinismo entre as minorias nacionais. É só neste caso todas as nacionalidades irmãs de nosso país

(CONTINUA NA 9ª PÁG.)



## ENCERRAMENTO DO VIII CONGRESSO DO P. C. DA CHINA

No momento em que era aprovada por unanimidade a resolução sobre o informe político do VIII Congresso Nacional do P. C. da China. (Foto: SIN MUA Especial para VOZ OPERÁRIA)

# Problemas da Construção Socialista na China

(CONTINUAÇÃO DA 8ª PAG.)

poderão reunir-se ainda mais estreitamente em nossa grande família democrática nacional.

## CONSOLIDAR A LEGALIDADE

Para reforçar a ditadura democrática do povo e estabelecer uma ordem que garanta a edificação do socialismo, e a defesa dos direitos democráticos do povo; para podermos castigar os elementos contra-revolucionários e outros criminosos é necessário proceder hoje — considerando isto uma das tarefas imediatas nas atividades do estado — à elaboração sistemática de leis as mais perfeitas possíveis, consolidando a legalidade em nosso país.

No período das guerras revolucionárias e no período inicial após a libertação podemos, firmando-nos na política do Partido e do governo popular, com a finalidade de liquidar os restos das forças do adversário, de sufocar a resistência exercida por todos os elementos contra-revolucionários, de abolir as leis reacionárias e de criar leis revolucionárias, promulgar apenas algumas leis provisórias, de caráter programático. Nesse período, tarefas básicas da luta foram libertar os povos do domínio reacionário, e as forças produtivas da sociedade dos grilhões das velhas relações de produção.

O método principal de luta foi a manifestação direta das massas populares. Por isso, essas leis de caráter provisório, correspondiam às exigências da época. Atualmente, já passado o período das tempestades revolucionárias, já com a existência de novas relações de produção, a nossa finalidade é garantir o progresso das forças produtivas da sociedade. Por isso, com a modificação das finalidades da luta modificaram-se também seus métodos e em virtude disso torna-se absolutamente indispensável possuir leis aperfeiçoadas.

É necessário que, no interesse da vida normal e da atividade produtiva na sociedade, cada cidadão em nosso país compreenda e se convença de que se ele não transgredir as leis seus direitos civis, são defendidos e ele não pode ser perseguido nem por quaisquer instituições nem por indivíduos, se, porém, alguém atentar ilegítimamente contra ele, isso inevitavelmente contra ele. Isso inevitavelmente acarretará a intervenção do Estado. Todas as nossas instituições estatais devem observar estritamente as leis, enquanto que os órgãos de segurança coletiva a Procuradoria e os tribunais devem realizar de maneira consequente o sistema de divisão da responsabilidade e de controle mútuo na realização das leis.

## A REPRESSÃO AOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Os elementos contra-revolucionários procuram minar nosso Estado, impedir nossa atividade de edificação e ameaçam a segurança do povo. Por isso, é necessário que nossas instituições oficiais sufocuem e liquidem esses elementos. Em 1950 dirigimos a luta, em desenvolvimento por todo o país, pelo sufocamento dos contra-revolucionários. A atividade contra-revolucionária foi duramente golpeada. Em 1955, novamente desenvolvemos no país a luta pelo sufocamento da contra-revolução e em todas as nossas instituições desmascarámos os contra-revolucionários ocultos. Essa luta, ampla e de massas, reforçou consideravelmente a ordem pública e a segurança do Estado.

Em relação aos contra-revolucionários e a outros criminosos sempre mantivemos a política de unir a punição à magnanimidade. Para aqueles que francamente confessavam sua culpa, arrendiam-se ou haviam conquistado mérito, as sentenças eram magnânimas. Todos sabem que essa política teve grande êxito. A partir da segunda metade do ano passado, graças a essa política, ao progresso nas transformações socialistas, às crescentes dificuldades para a atividade dos contra-revolucionários, provocadas pelo aumento da consciência e da organização das massas populares, iniciou-se uma brusca decomposição entre os contra-revolucionários, sendo que muitos deles voluntariamente confessaram sua culpa. Esse fato comprova que os contra-revolucionários existem realmente, sendo totalmente errada a opinião de que a vigilância deve ser diminuída. Por outro lado, esse fato revela que eles podem ser liquidados se nossa política for justa. Por isso, também não tem fundamento a concepção de que a atividade contra-revolucionária se tornará cada vez mais séria.

Nossos órgãos de segurança pública, a Procuradoria e os tribunais devem continuar a lutar com firmeza contra esses inimigos e outros criminosos. Mas, como afirmámos acima, essa luta deve ser contida estritamente dentro dos limites da lei, sendo necessário, considerando a nova situação, dar hoje mais um passo à frente no emprego da política de magnanimidade. O Comitê Central do Partido considera que, com exceção de um número extremamente insignificante de pessoas que cometeram crimes monstruosos e que provocaram o ódio do povo, para os quais não se pode deixar de empregar a pena de morte, todos os demais criminosos não devem ser submetidos à pena de morte. Também é necessário manter uma atitude profundamente humana para com eles na determinação dos casos de cumprimento da pena. Todas as questões, sem nenhuma exceção, que exigem o emprego da pena de morte, devem ser analisadas e ratificadas pelo Tribunal Supremo. Assim, poderemos conseguir gradativamente a revogação total da pena de morte, o que corresponde aos interesses da edificação do socialismo em nosso país.

## FORTALECIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Em prol da defesa de nossa pátria devemos continuar a reforçar nossa capacidade de defesa, fortalecer nossas forças armadas e o glorioso Exército Popular de Libertação da China. Nosso exército deve, por todos os meios, aumentar sua capacidade de luta, sua vigilância, guardar nossas fronteiras terrestres e marítimas e defender a integridade territorial de nosso país.

Ainda continua a ocupação ilegítima pelo imperialismo americano, de um território soberano de nossa pátria — a Ilha Taiwan — o que representa a ameaça mais séria à segurança de nosso país. O problema da libertação da Ilha Taiwan é uma questão evidentemente, interna de nosso país. Desejamos reunificar Taiwan a nossa pátria por meio de entendimento pacíficos evitando o emprego da força armada. Se formos obrigados a empregar a força armada isso só acontecerá quando desaparecer a possibilidade de entendimentos pacíficos ou se estes fracassarem. Independentemente do meio a empregarmos, a causa justa da libertação de Taiwan conquistará plena vitória.



## NO VIII CONGRESSO DO P.C. DA CHINA

Aspecto da eleição dos membros do Comitê Central no momento em que os delegados depositavam seus votos na urna. (Foto SIP HUA especial para VOZ OPERARIA)

## V. — AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para construirmos em nosso país um grande Estado socialista devemos não só reunir todas as forças que possam ser unificadas dentro do país, como também conseguir na arena internacional todas as condições favoráveis e aglutinar todas as forças que possam ser unificadas. Qual é a atual situação internacional em que se encontra nosso país?

Considerando o conjunto, a atual situação internacional é favorável à edificação do socialismo em nosso país. Isso se explica pelo fato de que após a II Guerra Mundial as forças do socialismo, da independência nacional, da democracia e da paz tiveram desenvolvimento sem precedente, enquanto que a política dos blocos imperialistas agressivos, orientada para a expansão desenfreada e contra a coexistência pacífica, política de preparo de uma nova guerra mundial, torna-se cada vez menos popular. Nessas condições a situação internacional não pode deixar de desenvolver-se no sentido de um maior alívio da tensão. Surgem possibilidades para a instauração de uma paz duradoura em todo o mundo.

Após a revolução de Outubro, quando o povo soviético edificava o socialismo, não havia no mundo outro país socialista. Hoje, porém, quando nosso povo edifica o socialismo, a situação modificou-se radicalmente. Após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética tornou-se ainda mais poderosa, e, além disso, na Europa e na Ásia surgiu toda uma série de novos países socialistas. Atualmente os países socialistas, inclusive a China, possuem uma população de 900 milhões, o que representa aproximadamente um terço de toda a humanidade, formam no sentido geográfico um território único, e criaram uma grande família fraternal liderada pela União Soviética. Entre os países socialistas desenvolvem-se e se fortalecem sem cessar as relações de amizade fraternal e de cooperação mútua. A União Soviética e os demais países socialistas restauraram relações de amizade com a República Popular Federativa da Iugoslávia. Nosso país também estabeleceu relações diplomáticas e desenvolve relações de amizade com a República Federativa Popular da Iugoslávia. Atualmente os países do socialismo, mobilizando todas as forças de seus povos, realizam a edificação pacífica do socialismo e desenvolvem a produção industrial e agrícola a ritmos desconhecidos pelos países capitalistas. Nas relações exteriores realizamos firme e consequentemente a política de paz, defendemos a coexistência pacífica e a cooperação amistosa entre todos os países. Estamos convictos da superioridade do regime socialista, e não tememos a competição pacífica com os países capitalistas, porque nossa política corresponde aos interesses dos povos de todo o mundo. Todas as forças pacíficas que se manifestam e lutam pela independência nacional e pelo progresso social podem contar com nossa simpatia e apoio. Os países socialistas conquistam entre os povos de todo o mundo autoridade cada vez maior. Dia a dia amplia-se sua influência sobre o desenvolvimento da situação internacional. Tendo à frente a União Soviética, os países do socialismo tornaram-se poderoso baluarte da luta por uma paz duradoura em todo o mundo.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em fevereiro do ano corrente, é importantíssimo acontecimento político mundial. O Congresso elaborou um grandioso VI Plano Quinquenal e vários princípios políticos de grande significação, que visam o desenvolvimento do socialismo. O Congresso condenou o culto ao indivíduo, o qual dentro do Partido acarretou consequências graves, mas também fez propostas para o desenvolvimento da coexistência pacífica e da cooperação internacional, prestando inestimável contribuição ao alívio da tensão internacional.

O poderio e a unidade entre os países socialistas são as condições internacionais mais favoráveis para a edificação do socialismo em nosso país.

Outro grande acontecimento — de importância histórica no período após a II Guerra Mundial — foi o desenvolvimento vitorioso, em toda parte, do movimento pela Independência Nacional. Além da República Democrática do Viet-Nam, da República Popular Democrática da Coreia e da República Po-

pular da China, que já tomaram o caminho do socialismo, há ainda na Ásia e na África vários outros países que se livrarão dos grilhões do colonialismo e alcançaram a Independência Nacional. A população desses países nacionalmente independentes, inclusive o grande país nosso vizinho — a Índia — ultrapassa os 600 milhões de habitantes, o que representa 1/4 da população de todo o globo terrestre. A política exterior de esmagadora maioria desses países é a política de paz e de neutralidade. Aumenta cada vez mais a importância desses países nas questões internacionais. O êxito alcançado pela Conferência de Bandung entre os países da Ásia e África, no desenvolvimento do movimento pela independência em muitos desses países, em particular a nacionalização, pelo Egito, da Companhia do Canal Suez — acontecimento que agitou o mundo — atestam que o movimento pela Independência Nacional se tornou uma gigantesca força mundial. Outrora a maioria dos países na Ásia e África eram colônias e semi-colônias do imperialismo, suas resguardas no preparo e na realização das guerras. Atualmente, porém, são uma força contra o colonialismo e as guerras e pela coexistência pacífica. A par disso, a luta contra o colonialismo também se desenvolve na América Latina. Os imperialistas tentam por todos os meios deter esta torrente — o movimento pela Independência Nacional. São vãos, porém, seus esforços, e no final das contas esta torrente abrangerá necessariamente toda a Ásia, África e América Latina, pondo para sempre fim ao domínio colonial.

Não há dúvida de que a existência dos países socialistas, a simpatia e o apoio que dedicam ao movimento pela independência nacional favoreceram imensamente o progresso e os êxitos alcançados por esse movimento. Ao mesmo tempo, o ascenso do movimento pela independência nacional enfraqueceu as forças agressivas do imperialismo, contribuiu para a causa da paz em todo o mundo, e, por conseguinte, também ajudou à edificação pacífica nos países do socialismo. Por isso, a amizade e a cooperação entre os países socialistas e os países nacionalmente independentes corresponde não só aos seus interesses comuns como aos interesses da paz em todo o mundo.

Essas grandes transformações históricas desfizeram todas as esperanças do imperialismo e, em particular, do imperialismo americano. O capital monopolista dos Estados Unidos, valendo-se de uma situação favorável, constituída como resultado de seu enorme enriquecimento durante a II Guerra Mundial, desenvolveu depois da guerra uma expansão frenética: em primeiro lugar, submeteu a seu controle os países vencidos — Alemanha e o Japão — apoderou-se das esferas de influência da Inglaterra, da França e de outros países na Ásia e na África e tenta estabelecer-se como senhor do mundo. Organiza blocos militares, cria bases militares, dá origem à tensão na situação internacional e prepara uma nova guerra. O imperialismo americano tenta apresentar essa atividade como «defesa contra a agressão comunista». No entanto, no final das contas as fatos não podem ser encobertos pela mentira. Socialismo e agressão são totalmente incompatíveis. Uma vez que nos países socialistas foram abolidas as classes que se enriquecem à custa da agressão, das colônias e dos mercados externos, também não existem neles as raízes sociais da agressão contra outros países. Já nos países imperialistas, porém, as camarilhas que se enriquecem à custa da agressão nunca deixarão desta voluntariamente. Os povos do mundo vêm clamando que a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas são campeões ativos da coexistência pacífica, do desenvolvimento das relações econômicas e culturais entre o oriente e o ocidente, os iniciadores da redução de suas próprias forças armadas e de suas despesas militares. O imperialismo americano, ao contrário, continua na corrida armamentista, é contra o desenvolvimento das relações entre o Oriente e o Ocidente, teme a coexistência pacífica como ao fogo, enquanto que suas forças armadas, distantes por milhares de quilômetros de suas próprias fronteiras, ocupam legitimamente nosso território — a Ilha Taiwan — e cometem atrocidades nos territórios do Japão, da Coreia do Sul, das Filipinas e de Europa Ocidental.

Já antes da II Guerra Mundial estavam em voga as lemas «defesa contra o comunismo», «luta contra o comunismo», por meio dos quais se tentava, como costuma de fumar, encobrir as tendências de um ou outro país a dominar o mun-

(CONCLUI NA 10ª PAG.)

# Problemas da Construção Socialista na China

(CONCLUSÃO DA 9ª PAG.)

4. É claro que os imperialistas alimentam um ódio feroz aos países do socialismo. No entanto, também sabem que os países do socialismo, poderosos e estreitamente coesos, são invencíveis. Por isso, a atividade principal a que o imperialismo americano se entrega hoje visa realmente, sob o pretexto de lutar contra o comunismo, sufocar seu próprio povo, intervir com todas as forças nas questões dos países situados na vasta zona entre os países socialistas e os Estados Unidos e submetê-los a seu controle.

Essa atividade desenvolvida pelo imperialismo americano provoca diariamente e em toda parte a resistência, aprofundando dia a dia todas as contradições internas inerentes ao sistema capitalista. Os países e povos que experimentaram e continuam a sofrer os horrores do colonialismo compreendem com clareza cada vez maior que o imperialismo americano é hoje o colonizador mais poderoso e mais voraz. Um número cada vez maior de países na Ásia e na África, alcançando a independência nacional, apolam a política de paz e de neutralidade, recusam-se a participar dos blocos militares americanos de agressão, o que reduz consideravelmente a amplitude da expansão colonial do imperialismo americano. Um número cada vez maior de países ocidentais pouco a pouco compreendem o quadro real dos males que a política de expansão lhes oferece, e se recusam a serem atrelados no carro de guerra dos Estados Unidos; a tendência para a neutralidade, que apola a coexistência pacífica dos países do socialismo, também se desenvolve dia a dia. Os dois principais aliados dos Estados Unidos — Inglaterra e França — tentaram com a ajuda da força americana conservar interesses anteriormente adquiridos. Na realidade, porém, acompanhando a política americana de corrida armamentista e de preparo para a guerra, não fizeram senão abrir o caminho para a penetração da influência americana, enquanto que a penosa carga das despesas de guerra impede cada vez mais seriamente o desenvolvimento econômico desses países. Isso aumentou o descontentamento e a resistência oposta pelos principais aliados dos Estados Unidos aos monopólios americanos e às suas imposições, aprofundando de maneira particular as contradições anglo-americanas. Ao mesmo tempo, as massas populares nos países ocidentais ampliam cada vez mais o movimento pela paz e pela democracia, lutando contra a política americana de corrida aos armamentos e de preparo da guerra. Também o povo americano começa a compreender que essa política lhe impõe uma penosa carga e sente o perigo de guerra. Até mesmo nos círculos governantes dos Estados Unidos há pessoas mais ou menos sensatas, que começam a adquirir a consciência de que é duvidoso que a política de guerra seja proveitosa à América. Na política exterior dos círculos dominantes da Inglaterra e da França observam-se contradições e confusão.

Embora sob a influência da situação internacional geral hoje existente, a Inglaterra e a França manifestam até certo grau a aspiração à coexistência pacífica, tentando, porém, manter seus privilégios coloniais não desejam desistir da política de ameaças militares em relação ao movimento de libertação nacional, o que se tornou bastante claro com os acontecimentos ocorridos após a nacionalização da Companhia do Canal de Suez pelo governo egípcio. Por meio da intervenção militar os governos inglês e francês tentam violar a sagrada soberania do Egito e novamente dominar o Canal de Suez. Por um lado os Estados Unidos apoiam as nações agressivas da Inglaterra e da França, e, por outro lado, tencionam aproveitar uma circunstância favorável para privá-los de seus interesses no Oriente Médio. Aprofunda-se a luta contra a política de agressão do imperialismo, luta empreendida pelos países nacionalmente independentes do Oriente Médio. As mais amplas simpatias de todo o mundo estão a favor do Egito. A mais ampla opinião pública de todo o mundo é pela solução pacífica das questões litigiosas relativas ao Canal de Suez. Se a França e a Inglaterra não tomarem o caminho da solução pacífica das questões em litígio, recorrendo à intervenção armada, isso não só provocará a resistência heroica do povo egípcio e dos povos dos países árabes, como acarretará inevitavelmente a oposição firme das amplas massas populares, de todo o campo do socialismo, da Ásia, África, América Latina e dos países ocidentais e também a oposição firme das amplas massas populares da Inglaterra e da França. A paz leva à paz. A política de intervenção armada na questão do Canal de Suez e em outras questões relativas ao movimento pela independência nacional, só pode terminar com o mais completo fracasso.

Não há dúvida que o imperialismo continuará a criar uma situação tensa, continuará a oprimir todos os povos onde for possível, e de que o perigo de guerra continua a existir. Poderemos cometer erro se afrouxarmos a vigilância quanto a esta questão. Na luta pela paz e pelo progresso a humanidade terá forçosamente de tomar um caminho sinuoso, mas a tendência geral do progresso no mundo leva a um futuro luminoso. Basta apenas que todos os países do socialismo e as forças da paz e da democracia em todos os países constituam um todo coeso e uno e façam esforços em conjunto para que a causa da luta por uma paz duradoura em todo o mundo e pelo progresso da humanidade seja absolutamente vitoriosa.

Nossa orientação inabalável nas relações internacionais é a luta pela paz em todo o mundo e pelo progresso da humanidade. Durante os últimos anos conquistamos certos êxitos nesse domínio.

Na luta revolucionária o povo chinês vem sendo apoiado pelo campo da paz, da democracia e do socialismo liderado pela União Soviética. Imediatamente após sua formação a República Popular da China celebrou um Tratado de amizade, aliança e ajuda mútua, com a grande União Soviética. Os fatos ocorridos nos últimos anos demonstram que a grande aliança entre a China e a União Soviética é um importante baluarte da paz no extremo oriente e em todo o mundo. A União Soviética prestou grande ajuda à causa da edificação socialista em nosso país; também os países socialistas da Europa Oriental e da Ásia prestaram grande ajuda nesse sentido. O povo chinês jamais se esquecerá dessa ajuda fraternal prestada pelos países irmãos. Assim como no passado, também no presente e no futuro essa ajuda é necessária. A unidade e a amizade entre a China, a grande União Soviética e os demais países do socialismo, baseadas nos objetivos comuns e na ajuda mútua, são eternas e inquebrantáveis. O reforço dessa unidade e ami-

zade são para nós o dever internacional mais elevado e a base da política exterior de nosso país.

## OS CINCO PRINCÍPIOS

A China sofreu todos os horrores do colonialismo e seu território — a Ilha Taiwan — ainda se encontra sob o controle dos Estados Unidos da América. O povo chinês tem uma profunda simpatia e presta apoio ativo a todos os povos oprimidos e aos países vítimas de agressão em sua luta contra o colonialismo, e em defesa de sua independência nacional. Toda vitória alcançada por essa luta na Ásia, África ou América Latina reforça ainda mais as forças da paz.

A China muito possui de comum com a história, situação e aspirações dos países da Ásia e da África que acabaram de se livrar do domínio do colonialismo. Nas relações internacionais em geral e sobretudo nas relações mútuas entre as partes é profundo nosso desejo comum de manter a política do respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, à não agressão mútua, à não intervenção nas questões internas um do outro à igualdade e o proveito mútuo e à coexistência pacífica. Todas essas aspirações gerais estão corporificadas nos cinco princípios, pela primeira vez proclamados pela China e pela Índia. Já estabelecemos, de acordo com esses princípios, relações de amizade e de cooperação com muitos países na Ásia e na África, contribuindo assim, para a consolidação da paz em toda a região. Com base nos cinco princípios lutamos por estabelecer relações de amizade, em primeiro lugar com todos os países limítrofes. Entre nós e esses países existe uma profunda amizade tradicional e não há entre nós nenhuma questão litigiosa dependendo de solução. Entre nós e alguns países limítrofes há vários problemas que a história nos legou. Os imperialistas tentam se valer dessas circunstâncias para causar danos e impedir a instauração e desenvolvimento de relações de amizade entre nós e nossos vizinhos. No entanto, essas tentativas estão condenadas ao fracasso. Todos os problemas existentes entre nós e os países vizinhos podem ser resolvidos à base dos cinco princípios por meio de entendimentos pacíficos. A criação e o desenvolvimento de relações de amizade entre nós, e os países vizinhos corresponde tanto aos nossos interesses como aos seus interesses.

Nosso país já estabeleceu relações normais com vários países da Europa Ocidental.

Nosso país está disposto a estabelecer relações diplomáticas normais com qualquer Estado com que ainda não mantemos essas relações. O estabelecimento dessas relações visará os interesses de ambas as partes.

Nossa política de coexistência pacífica, baseada nos cinco princípios, estende-se a todos os países sem exceção. Estamos dispostos a realizá-la também em relação aos Estados Unidos. Os Estados Unidos, porém, têm mantido invariavelmente uma atitude de hostilidade para conosco. Apoderaram-se da nossa Ilha Taiwan e enviam ao continente agentes secretos para atividade de sapa; realizam para conosco a política do embargo e procuram por todos os meios afastar-nos de participação nas questões internacionais, grosseiramente privando-nos de nosso legítimo lugar na O. N. U. Apesar de tudo isso, nosso governo continua a fazer esforços para resolver todas as questões litigiosas com os Estados Unidos por meio de entendimentos pacíficos. Por mais de uma vez propuzemos a realização de uma conferência entre os Ministros das Relações Exteriores da República Popular da China e dos Estados Unidos para resolver o problema do alívio e da liquidação da tensão na região da Ilha de Taiwan. Esses nossos esforços visam exclusivamente a aliviar a tensão internacional. De forma alguma queremos dizer que nos resignamos com a agressão. Todo mundo sabe que nosso povo está disposto a fazer quaisquer sacrifícios em defesa da segurança e da independência de nossa pátria. No entanto, até hoje a posição assumida pelo governo dos Estados Unidos em relação ao nosso país também não é razoável e realista. Qual é, porém, o resultado de tudo isso? Apesar das maquinacões criminosas dos imperialistas americanos contra nossa pátria, e das tentativas de nos isolar, a grande nova China existe inabalavelmente no mundo. A justiça e as simpatias das amplas massas do mundo estão de nosso lado. Não foi de forma alguma nosso país, e sim precisamente os imperialistas americanos que ficaram isolados no mundo. Se o imperialismo americano não quiser continuar a ser derrotado, sua única saída é a de assumir uma posição sensata e realista em relação a nosso país, o que já não constitui segredo até mesmo para os próprios americanos.

O povo chinês, assim como todos os povos do globo terrestre, necessitam de paz, e sua aspiração unânime é reforçar as relações econômicas, culturais e as relações de amizade. Durante os últimos anos o povo de nosso país participou ativamente da atividade internacional que visa a consolidar a paz em todo o mundo, desenvolveu ativamente o intercâmbio econômico e cultural com diferentes povos, reforçou as relações com organizações populares e homens públicos de diferentes países. Apesar de nos termos deparado com uma grande quantidade de obstáculos artificialmente criados, aumenta cada vez mais no estrangeiro o número de nossos amigos. Os fatos comprovam que de modo algum somos nós aqueles que se isolam por meio de uma cortina de ferro. Nossas portas estão amplamente abertas para todos.

Tudo o que dissemos acima é nossa política básica nas questões internacionais. Continuaremos a seguir esta política.

## VI. A DIREÇÃO PARTIDÁRIA

No período entre o VII e o VIII Congressos do Partido, em seguida à vitória da revolução e às transformações ocorridas na situação do país ocorreram grandes mudanças também na situação do próprio Partido. Este se tornou um Partido que dirige o poder político em todo o país e goza de grande autoridade entre as massas populares. A composição do Partido melhorou e se fortaleceu. Há atualmente em suas fileiras 10 milhões e 730 mil membros: 14% de operários, 69% de camponeses e 12% de intelectuais. Já há organizações do Partido em todos os recantos do país e em todas as nacionalidades. A grande maioria dos membros do Partido foi temperada pela grande luta revolucionária. Até mesmo os novos membros do Partido que nele ingressaram depois de 1949 e que representam mais de 60% de sua composição, no fundamental são militantes formados na luta revolucionária de massa e no trabalho socialista durante os últimos anos. Em conjunto, as re-

lações entre o Partido e as massas populares se tornaram mais estreitas, e sua experiência de trabalho mais rica e multilateral. A coesão do Partido é forte como nunca.

Já afirmamos que a causa do socialismo em nosso país é inconcebível sem a ditadura do proletariado, e esta é realizada através da direção exercida pelo Partido Comunista, e Partido político do proletariado. O vigor da direção exercida pelo Partido Comunista da China está em possuir uma arma ideológica — o marxismo-leninismo — uma linha política e orgânica justa, rica experiência de luta e de trabalho, sabendo generalizar a sabedoria de todo o povo e transformá-la numa vontade única e em ações organizadas. Assim como no passado, também doravante é necessário que a direção seja exercida por um tal Partido para garantir ao nosso Estado a solução eficaz dos complexos problemas internos e internacionais. Considerando a experiência prática, todas as camadas da população e todos os Partidos democráticos o reconhecem.

No entanto, um número extremamente insignificante de camaradas tentou enfraquecer o papel dirigente exercido pelo Partido na edificação do socialismo. Estes camaradas confundiram com questões puramente técnicas o problema da direção que o Partido deve exercer sobre a elaboração da política e da orientação em todos os domínios da atividade estatal. Consideravam que o Partido ainda é leigo no domínio destas questões técnicas e por isso não devem dirigir o trabalho no âmbito dessas questões, e que poderiam tomar decisões e agir de moto próprio. Condenamos estas concepções errôneas. O Partido deve e pode representar papel dirigente em qualquer atividade no domínio da ideologia e da política e da elaboração de princípios de toda ordem. Isso não quer dizer, é claro, que o Partido deva realizar todo o trabalho e intervir em tudo.

Isso também não quer dizer que o Partido possa satisfazer-se com o papel de observador indiferente em relação às questões que ainda não tenha estudado. O Partido exige que nossos quadros e membros estudem tenazmente a fim de assimilar os aspectos de suas atividades ainda desconhecidos. Quanto mais estudarmos tanto melhor será nossa atividade de direção.

## ORIENTAÇÃO JUSTA

Como afirmamos, a orientação seguida pelo Partido depois do VII Congresso é justa, o que já foi confirmado pelos fatos. Não devemos, porém, negar que nosso Partido doravante não terá nenhuma dificuldade, que não cometerá mais erros na realização de tarefas que se tornam hoje cada vez mais complexas. Durante as transformações socialistas, a edificação do socialismo e na vida política do país tivemos falhas e também erros temporários e parciais. Não podemos também afirmar que em nossas relações internacionais não tenha havido nenhuma lacuna e erro. Por isso, uma das finalidades da direção partidária é estudar e analisar os erros cometidos no passado, é aprender com esses erros para que o Partido cometa menos erros em sua atividade futura, não repita os erros cometidos e impeça de todas as maneiras que os erros insignificantes sejam transformados em grandes erros.

A questão básica para que nosso Partido possa doravante realizar uma direção acertada e sadia é diminuir por todos os meios os erros cometidos pelas organizações do Partido e membros do Partido no domínio da ideologia. Em nosso Partido trava-se a luta entre as idéias justas e as erradas, entre orientações justas e erradas. Essa luta é um reflexo da luta de classes e de diferentes fenômenos sociais. Em nosso país a pequena-burguesia constituía a maioria. Os estados de espírito dessa classe exercem sobre nós influência e pressão constantes; também a burguesia exerce continuamente sobre nós influência nos diferentes domínios. O Partido deve realizar constantemente trabalho educativo em suas fileiras e não permitir que as ideologias burguesas e pequeno-burguesas causem dano à pureza política de nosso Partido. Nossos erros possuem, porém, não só raízes sociais mas também gnoseológicas. Quem não compreende que uma opinião justa só pode ser o reflexo objetivo e multilateral da realidade, e defende tenazmente no trabalho suas concepções subjetivistas e unilaterais, pode cometer erros grandes e pequenos apesar de todas as suas boas intenções. Por isso, para evitar erro é necessário conhecer com justeza a realidade objetiva e compreender a verdade com exatidão.

Em virtude de que 9/10 dos membros de nosso Partido foram acolhidos em suas fileiras após o VII Congresso, consideramos não ser destituído de importância prática nos termos em poucas palavras sobre nossa experiência básica que nos revela de que maneira, na história de nosso Partido, a orientação certa sobrepujou com êxito os erros.

Durante os 35 anos de sua existência, nosso Partido cometeu 4 vezes sérios erros na linha política, isto é: a linha oportunista de direita de Tcheng Du-Siu no primeiro semestre de 1927, e a tríplice linha oportunista de «esquerda» durante os sete anos subsequentes. Durante 21 anos a partir da Conferência do C. C. do Partido em Tzuni, em janeiro de 1935 nosso Partido, sob a direção do C. C. e chefiado pelo camarada Mao Tse-tung, não cometeu, porém, erros na linha partidária. O que explica, em última instância, essa transformação histórica? É claro que isso não possa ser explicado apenas pela duração da história do Partido, pela experiência acumulada por que os erros cometidos em 1931 e 1934 foram muito mais sérios do que os erros nos dois desvios de «esquerda» anteriores; não se pode também explicar isso apenas pelas diretrizes insatisfatórias estabelecidas pelos dirigentes num ou noutro período de tempo, porque posteriormente a maioria dos dirigentes que haviam cometido erros trabalhava bem. Da história de nosso Partido pode tirar-se a seguinte conclusão: os erros cometidos estão estreitamente ligados à experiência do Partido e à seleção dos dirigentes do Partido, mas ainda mais importante é a questão de saber-se se as amplas massas de membros do Partido, e sobretudo os quadros superiores do Partido, sabem, partindo de posições, concepções e métodos marxista-leninistas, generalizar a experiência de luta, defender a verdade e corrigir os erros, porque é este o principal critério que define o nível de consciência marxista-leninista dos quadros do Partido. Quanto mais elevada for a consciência leninista dos quadros do Partido tanto maior será sua habilidade em distinguir as opiniões justas das erradas, os dirigentes bons dos maus, e tanto maior será sua capacidade para o trabalho.

(Conclui no próximo número).

# Voz dos Operários

## EXPLORAÇÃO FEUDAL NA FAZENDA STA. BÁRBARA

DO CORRESPONDENTE da VOZ em Jandala do Sul, recebemos:

«A fazenda Santa Bárbara está situada à margem do rio Ivaí e pertence ao sr. Chelida, que mora no Rio de Janeiro. Quem manda e desmanda, aqui, é o administrador José de Souza e Silva (Juca), um tirano explorador. Este indivíduo tem um sítio à 12 quilômetros da fazenda, onde montou uma arapuca que ele chama de armazém. Os que trabalham e vivem na fazenda são obrigados a comprar nessa arapuca por preços caríssimos, e quando têm alguma coisa para vender, são obrigados a vender ao Juca pelo preço que ele quiser pagar.



Recentemente, o empreiteiro Durval quis vender seus cereais (milho, arroz e feijão) e o Juca, embora calculando que valessem Cr\$ 140.000,00, ofereceu-lhe apenas Cr\$ 100.000,00. Além disso, disse que ia descontar Cr\$ 32.000,00 dos cem, de uma dívida do Durval ao armazém, quando a dívida era de apenas 8 mil cruzeiros. Durval não aceitou e arranjou outro comprador, mas quando o caminhão chegou para carregar, apareceu um jagunço de Juca, de nome Jonas, dizendo que não deixava levar o arroz. Discutiu-se muito, leva, não leva, o jagunço apanhou uma carabina e ameaçou matar o primeiro que apanhasse um saco de arroz para colocar no caminhão.

Nesse momento, um empregado de Durval tentou apaziguar o jagunço mas foi alvejado e gravemente ferido. Seu irmão não foi acudido e foi também duas vezes alvejado, mas os tiros não acertaram. Diante da reação de todos, Jonas correu e se refugiou na fazenda, onde nada lhe aconteceu. Durval, por sua vez, conseguiu uma ordem do juiz e um poléia para garantir a retirada de seu arroz e mudou-se da fazenda, em seguida.

O fazendeiro manda o dinheiro (em cheque) para pagar os empregados e o Juca fica com ele e paga em mercadorias caras; o fazendeiro manda medicamentos contra a malária e o Juca vende aos colonos. Além disso, ele pegou a caminhonete do fazendeiro e utiliza exclusivamente para seus interesses pessoais, não a cedendo nem para transporte de doente. Agora botou uma capota na caminhonete e transformou-a em transporte de passageiros, cobrando preços elevadíssimos. Quando ele paga as mensalidades aos colonos, segura 20% em suas mãos e se o colono não aguenta as perseguições e seus 20% ficam para o jagunço. Os colonos e suas famílias estão aprendendo que não adianta mudar, que a solução é se juntarem todos na fazenda para defender seus interesses.

## REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA FERROVIA DE ILHÉUS, NA BAHIA

DO CORRESPONDENTE DA VOZ em Ilhéus (Bahia), recebemos:

«A ferrovia de Ilhéus está vivendo uma fase de irregularidades que trazem sérios prejuízos para a maioria de seus funcionários. Por volta de 1919, o governo federal chamou a si o acervo desta empresa (que era inglesa, sediada em Londres) no sentido de encampá-la. Entretanto, devido à desonestidade de pessoas influentes nas esferas governamentais de então, tornou-se impossível a liquidação do assunto, ficando os ingleses até agora com certos direitos nos destinos da ferrovia.

nários estão regidos pelos Estatutos do funcionalismo e sem férias, enquanto outros mais antigos são regidos pela CLT, o que causa irregularidades no selo da classe.

### «Emergência»

Cabe aos trabalhadores exigir dos poderes públicos a solução justa para essa situação, tirando a ferrovia do chamado «estado de emergência». Para isso, eles não têm contado com o apoio do presidente do Sindicato, que eleito num pleito disputado e memorável, abandonou a luta pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e procura entronizar na entidade injustas e discriminações políticas (que, aliás, prometeu não fazer e nem consentir).

Assim agindo, este senhor perde o prestígio e transforma-se num instrumento servil do mesmo grupo que o ealunhou no último pleito. Entre outras arbitrariedades praticadas por ele, destaca-se a suspensão de um associado por ter o mesmo participado da II Conferência de Lavradores e Assalariados Agrícolas Sul-Bahianos, que contou com a participação de milhares de trabalhadores do campo, representantes sindicais e personalidades.

Diante desses fatos, os trabalhadores devem engrossar as fileiras do Sindicato, participar de suas reuniões e assembleias e, assim, torná-lo defensor intransigente das reivindicações e direitos dos associados.

### Incongruências

Disso resulta que os operários ficam privados de alguns direitos legítimos que lhes assistem se passarem a funcionários públicos. Por exemplo: a semana inglesa só vigora no tráfego, para o pessoal de escritório, enquanto os da locomoção só têm direito a meia hora para tapear; grande número de funcio-

### CARESTIA EM CAMPOS DO JORDÃO

A alta do custo da vida em Campos do Jordão é uma coisa impressionante. Os preços sobem desenfreadamente: o açúcar passou de Cr\$ 11,00 para Cr\$ 15,00 (e mesmo Cr\$ 15,00), o óleo de caroço de algodão foi de Cr\$ 35,00 para Cr\$ 45,00, o leite de Cr\$ 7,00 para Cr\$ 9,50 e, com possibilidade de aumentar ainda mais. Outros gêneros como arroz, feijão, batata, carne e toucinho são vendidos por preços exorbitantes.

Recentemente foi criada a COMAP, mas esta nada está fazendo para tabelar os preços ou estabilizá-los, o que demonstra a necessidade de o povo lutar unido contra a carestia.

(Resumo de uma carta do sr. Ribeiro, de Campos do Jordão - S. Paulo)

## FICARAM NA PROMESSA

Em sua campanha eleitoral em Mirante do Paranapanema, o sr. Juscelino Kubitschek prometeu ao povo daqui a instalação de uma cooperativa e um armazém. Até agora, entretanto, ficaram na promessa. Os agricultores reivindicam financiamento, sementes e venenos inseticidas. As terras já estão prontas, mas os trabalhadores ainda não plantaram algodão porque não recebem sementes e nem têm recursos para comprá-las.

(Carta do sr. Leozino Batista Rodrigues, de Mirante do Paranapanema, S. P.)

## LEGISLATIVO PARAIBANO CONTRA LEI DE IMPRENSA

JOÃO PESSOA, Pb. (Do correspondente) — A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba aprovou um requerimento em favor da preservação da liberdade de imprensa e contra a lei enviada pelo Executivo ao Congresso. O apelo foi enviado ao presidente da República, ao Senado e à Câmara Federal.

Por outro lado, foi apresentado um requerimento de solidariedade à ABI e ao Sindicato dos Jornalistas por sua luta contra a pretensão de lei de imatensa, na Câmara Municipal desta capital.

## Servidores Públicos

Os servidores públicos do Estado, componentes dos grupos que pagam obrigatória e estontaneamente contribuições aos institutos de previdência e às caixas de pensões, estão se dirigindo ao governador Flávio Ribeiro Coutinho para solicitar a reconsideração do encaminhamento do projeto de lei nº 81/55. Os servidores argumentam que o referido projeto do Executivo estadual viola-lhes direitos já conquistados e inscritos em leis operatórias cumulativas de proventos de aposentadoria, pensões e outros benefícios devidos pelo Estado como empregadores.

## Fundadas Entidades Rurais em Macedônia e Uchoa (S.P.)

Foi fundada recentemente em Macedônia (município de Fernandópolis) a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O ato solene teve início às 13 horas, no salão que se destina ao futuro cinema desta cidade, e contou com a presença do deputado Ariel Tommasini, dos vereadores José Antônio Pigueiredo e Antônio de Freitas e de um representante da ULTAB.

Sob os aplausos de mais de quinhentas pessoas, diversos trabalhadores da roça falaram sobre suas dificuldades e esperanças e foi eleita a diretoria da ALTAM. Após os discursos dos visitantes, os presentes ouviram de pé a leitura de uma mensagem do sr. Ministro da Guerra congratulando-se com a Comissão Organizadora.

(Do Correspondente da VOZ em Macedônia, S. P.)

### EM UCHOA

No dia 30 de setembro foi solenemente fundada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Uchoa, com a presença do prefeito municipal Leonildo Birolli, o vereador e representante da Delegacia Regional do Trabalho de Rio Preto, Benedito Lisboa, o ex-prefeito Miguel Chaad, o presidente do Pacto de Unidade Inter-sindical de Rio Preto, Luiz Maina e os diretores do Sindicato de Empregados Rurais de Catanduva, Antônio Gisse e Pedro de Almeida. A sessão foi presidida pelo sr. João Vieira Goes, diretor do Sindicato de Panificadores e Confeiteiros de São Paulo, que veio credenciado pelo Pacto de Unidade Inter-sindical.

Na ocasião, discursaram o prefeito, congratulando-se com a novel entidade e colocando-se à sua disposição, o representante da Delegacia do Trabalho, que disse estar sua repartição ao dispor da Associação, e outros oradores. Foi eleita, uma diretoria que tratará da publicação dos estatutos e legalização da entidade e, por outro lado, desenvolverá esforços para congregar em torno de si os trabalhadores rurais da região.

(Do Correspondente da VOZ em Uchoa, S. P.)

## HOMENAGEM PÓSTUMA

DE E. V., correspondente da VOZ em Laguna (SC), recebemos: «Transcorreu no dia 10 de setembro o primeiro aniversário do falecimento do professor Germano Damer, devotado combatente pelas reivindicações do povo lagunense e pela emancipação nacional. Entre as homenagens póstumas que lhe foram prestadas destacam-se as promovidas pelos comunistas de Laguna e, à beira do seu túmulo, pelo diretor, professores e ex-alunos do Colégio Lagunense.»

## DE CUMBÁ À PETROBRÁS

CUIABÁ, Mt. (Do correspondente) — Realizou-se recentemente nesta Capital uma assembleia da Sociedade Amigos de Cuiabá, na qual foi aprovado o envio de uma mensagem ao coronel Janary Nunes, presidente da Petrobrás. A mensagem, já encaminhada, solidariza-se com a empresa patriótica e sugere que ela faça pesquisas nas zonas prováveis de petróleo em Porto Murtinho, Cuiabá, Aquidauana, Poconé, Cáceres e Cuiabá.

## Doqueiros de Santos Lutam Por Aumento Dos Salários

DO operário (despedido) Estevam Caser, de Santos (SP), recebemos:

«Os doqueiros de Santos estão empenhados na luta por 100% de aumento sobre os salários atuais, segundo foi deliberado em recente assembleia geral. A Cia. empregadora, entretanto, recusa-se a conceder o aumento, alegando dificuldades financeiras e prometendo dá-lo se o governo concordar com a elevação de tarifas.»

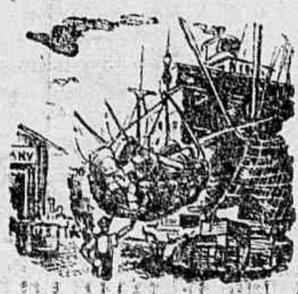
### SUSPENSÃO A ASSEMBLÉIA

No dia 7 do corrente, numerosa massa de doqueiros compareceu ao seu sindicato para a assembleia que fora convocada a fim de a corporação tomar conhecimento do andamento das negociações. Estranhamente, porém, a diretoria da entidade suspendeu a reunião na última hora, sob o pretexto de que o ministro da Viação não havia assinado o aumento das tarifas.

Ora, o que interessa aos operários é o aumento dos salários, para que possam enfrentar a alta crescente do custo da vida e viver mais decentemente com suas famílias. Não lhes interessa aumento de tarifas, que é problema da Cia. e do governo.

### LUTAR PELO AUMENTO DE SALÁRIOS

A Cia. pode dar o aumento pretendido pelos trabalhadores. Seus lucros são enormes, o volume de carga e descarga aumentou de 12 por cento (e conseqüentemente aumentou o trabalho para os operários). Diante dessa situação, os trabalhadores não vão lutar por aumento de tarifas para a Cia. e nem ficar esperando esse aumento, mas sim intensificar a luta pela elevação dos salários. Para isso, devem unir-se em massa no sindicato, participar intensamente de suas assembleias e reuniões. Isso é o que os levará



## VOZ OPERARIA

Director-Respon.ável: **Aydano do Couto Ferraz**  
MATRIZ:  
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	Cr.\$ 100,00
Semestral	50,00
Trimestral	25,00
Núm. avulso	1,50
Núm. atrasado	2,00
Aérea ou sob registro, despesas a parte.	
Preço no R. G. S., Sta. Catarina e Paraná	2,00
Distrito Federal e São Paulo	1,50

SUCURSAIS:  
SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4083.  
PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.  
RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326  
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03  
SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 205 (Calçada).  
JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.  
Endereço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:  
**VOZPERIA**

# Ataque aos Golpistas e Tentativa de Amordaçar a Imprensa

A REPULSA da opinião pública e da quase unanimidade dos jornais de todo o país ao projeto de lei de imprensa está demonstrando que não resta ao governo — sob pena de arriscar-se a graves consequências — outro caminho senão o de corrigir o erro que cometeu, ao enviar ao Congresso aquele projeto de lei-mordaza. O próprio líder da maioria na Câmara, sr. Vieira de Melo, não deixa de reconhecê-lo, quando afirma, respondendo às veementes críticas feitas à iniciativa go-

vernamental, «caber ao Congresso corrigir seus aspectos negativos». Essa é, aliás, a tendência que já se esboça no seio de algumas correntes que apoiam o governo e que decidiram estudar detidamente os diversos aspectos — jurídicos e políticos — do projeto, antes de adotarem uma posição definitiva frente ao mesmo.

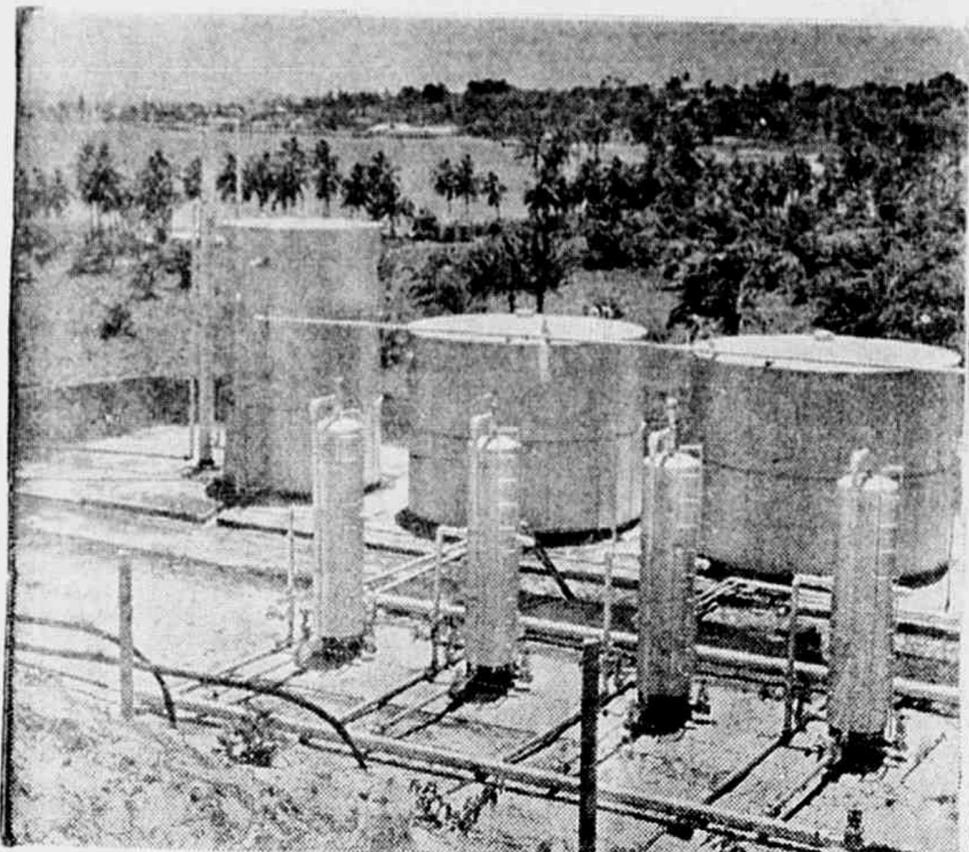
Seria desastroso subestimar o esforço frenético que fazem, atualmente, os golpistas, para se fazerem passar como defensores

das liberdades democráticas. Este é, porém, seu objetivo. O discurso do sr. Carlos Lacerda na Câmara, as manchetes dos jornais do golpe, as declarações do sr. Jânio Quadros, as manifestações da alta direção comunista e outras pessoas ou setores comprometidos com o golpismo, têm como centro — não importa a hipocrisia que as caracteriza — uma pretensa resistência democrática, com a qual pensam os golpistas ludir, ainda uma vez as massas. A falta da demagogia dita contra a corrupção, com ajuda da qual levaram Vargas ao suicídio e assaltaram o poder e que eles próprios, quando ocuparam o Catete após 24 de agosto, encarregaram-se de desmoldar, tentaram, no início do ano, ao constituir-se a Comissão de Inquérito sobre minérios atômicos, a demagogia «anti-imperialista». Os recentes atos patrióticos do governo e a vasta cobertura democrática que tiveram, da grande maioria da nação, assim como o desmascaramento do entreguista Juarez Távora, obrigou-os a pôr de lado a máscara. A condenação, a elevadas penas, dos executores e mandantes de Toneleros roubou-lhes um trunfo, no qual depositaram as esperanças de desencadeamento de uma onda de agitação e provocações. Agora, fingem-se despidoradamen-

te campeões da liberdade de imprensa, das liberdades democráticas em geral.

Forgoso é reconhecer que, diante do projeto liberticida fabricado no gabinete do sr. Nereu Ramos, os golpistas encontram grande argumento para sua pregação. E seria impossível convencer às massas da justiça de uma lei que fere profundamente a liberdade de imprensa, com a alegação de que ela visaria, apenas, conter a fúria subversiva dos órgãos do golpe. Não se trata de negar ao governo o direito de defender-se. Defender-se e defender a Constituição é dever do governo. Trata-se de que, como demonstram a experiência do passado e os fatos do presente, não é com leis de arrêcho que se defende a democracia, tanto mais quando se sabe que tais leis são armas de dois gumes, que poderão voltar-se contra todos e conduzir à liquidação da própria democracia.

Trata-se, pois, de reclamar do Congresso a rejeição dos dispositivos liberticidas do projeto de lei de imprensa, não permitindo, ao mesmo tempo, que a bandeira das liberdades, vitoriosa em 11 de novembro e 31 de janeiro, seja explorada pelos que pretendem destruí-la e liquidar a Constituição.



## Agitação Golpista e Chantagem Para Modificação da Petrobrás

O petróleo (ao lado dos minerais atômicos) é, mais uma vez, o objetivo da agitação e da coordenação golpistas que se acentuaram ultimamente no país. Modificar a lei da Petrobrás de modo a permitir o acesso dos trustes à exploração de nosso ouro negro, tal é o desejo dos que alimentam a conspiração dos Juarez e Lacerda.

### SUEZ E O PETRÓLEO BRASILEIRO

Mas, ao mesmo tempo que movimentam seus fantoches e alianças ressentidos para uma empreitada golpista, os trustes ianques procuram atuar, também, em outros setores e por outros métodos para abrir brechas na lei da Petrobrás.

Atualmente tentam aproveitar a crise surgida em torno do Canal de Suez para advogar, aberta ou sorrateiramente, a liquidação paulatina do monopólio estatal na exploração do petróleo. No próprio Parlamento, vozes conhecidas e suspeitas, voltam a advogar a revisão de nossa política petrolífera, alegando que o chamado «mundo livre» poderá ser privado do petróleo do Oriente Médio. Ter-se-ia, assim, de recorrer às reservas do ocidente, o que obrigaria o Brasil a produzir petróleo num ritmo mais rápido do que é capaz a Petrobrás. Fazem-se também ameaças em caso de dificuldades, os EE.UU. teriam de restringir o fornecimento de petróleo ao nosso país, caso não consentíssemos na «ajuda» ianque para uma exploração mais acelerada de nossas jazidas petrolíferas.

### «NASSER O RESPONSÁVEL!»

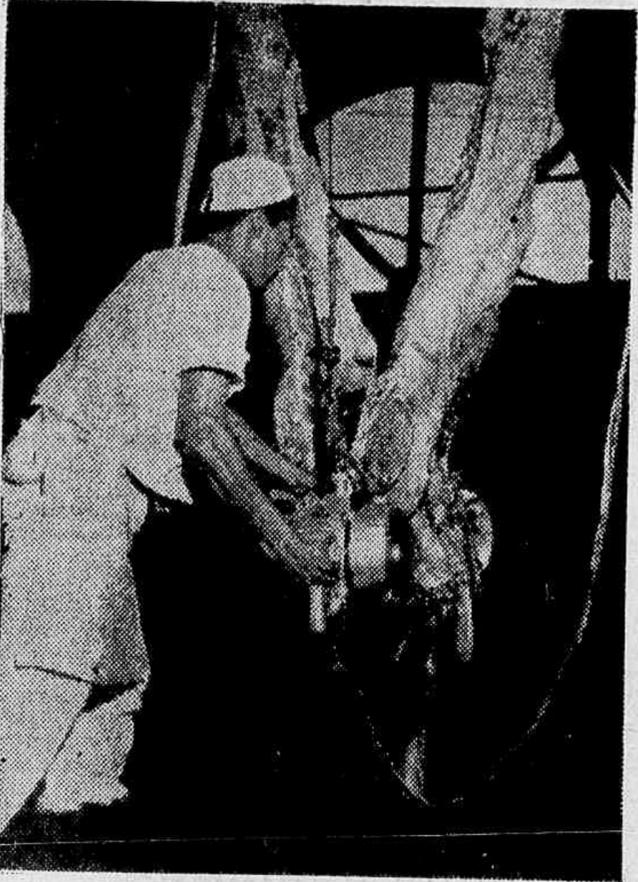
Esta mesma tese vem sendo sustentada, de maneira particularmente insistente, em revistas especializadas para o comércio e a indústria. A revista «Visão», em seu último número em língua portuguesa, publica longa matéria com o seguinte título, que já diz tudo o que deseja: «Nasser o responsável: Chegou a hora do petróleo brasileiro». Ali se afirma que mais de 20 companhias estrangeiras viriam imediatamente perfurar poços na Amazônia, se o governo abrisse as portas ao capital alienígena.

### CHANTAGE

É bem evidente o caráter de chantagem que se pretende dar à chamada crise de Suez para se obterem modificações na lei da Petrobrás.

Não é verdade que haja ameaça de os países ocidentais se viam privados do petróleo do Oriente Médio. Esta ameaça só haveria se as potências ocidentais tentarem uma agressão contra o Egito. Mas, em semelhante caso, feríamos mais uma razão para mantermos os trustes afastados de nossas reservas petrolíferas, pois não as defendemos até aqui para entregá-las a agressores colonialistas. Quanto ao nosso suprimento é também evidente que não dependemos em grande escala do petróleo transportado por Suez, mas, sobretudo, da América Latina, e poderemos obter ainda este combustível em outros países: URSS,

Rumânia, etc. Finalmente, o ritmo de desenvolvimento da Petrobrás é satisfatório e, em caso de necessidade, podem-se tomar medidas para acelerá-lo dentro do próprio regime de monopólio estatal.



O rebanho bovino, no Brasil, cresceu de 56%, o abate em cerca de 20%, mas, em consequência dos altos preços está caindo o consumo de carne «per capita» nas grandes cidades.

## POSSÍVEIS, SOB O ATUAL GOVÉRNO, MEDIDAS PRÁTICAS CONTRA A CARESTIA

- APESAR DOS ENTRAVES EXISTENTES À EXPANSÃO ECONÔMICA DO PAÍS, EM MUITOS SETORES O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO É SUPERIOR AO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ●
- O EXEMPLO DA CARNE ● O POVO PODE OBTER ESSAS MEDIDAS

var em conta que o salário-mínimo oficial de 1939 — 400 cruzeiros — já era, na prática, mais elevado.

### CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Evidentemente, há setores em que a produção cresce muito lentamente, acompanhando, mal, o próprio crescimento da população. (É o caso da produção agrícola a qual, contudo, segundo dados da revista «Conjuntura Econômica», tem apresentado, nos últimos anos, um índice superior ao do crescimento demográfico). Mas se, como querem alguns economistas oficiais e oficiosos, a carestia crescente fosse fruto da «baixa produtividade», da «insuficiência da produção nacional», ela não poderia refletir-se naqueles setores em que a produção registra aumentos superiores ao populacional. E justamente nesses setores é que os preços, via de regra, assinalam as majorações mais espantosas.

### UMA TESE CONTRARIADA PELOS FATOS

Este fato vem contrariar a tese, insistentemente defendida, de que a carestia, no Brasil, tem sua fonte no aumento do poder aquisitivo da população diante de uma produção que não cresce nas mesmas proporções. A elevação dos preços representaria, assim, uma espécie de controle espontâneo da distribuição dos produtos, cujas quantidades seriam insuficientes para o abastecimento normal.

O mesmo que sucede à carne verifica-se também em relação ao leite. Tem aumentado a produção leiteira, mas nota-se uma retração do consumo «per capita» nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, milhares de litros de leite são jogados fora, diariamente, em regiões leiteiras como o Estado do Rio.

### SALÁRIOS E PREÇOS

O povo não consome maior quantidade de carne e de leite porque a produção seja insuficiente; não o faz, justamente, porque os preços se tornam proibitivos, reduzindo o poder aquisitivo dos salários e ordenados.

Para exemplificar podemos tomar o exemplo da carne. No período de 1939 a vino crescia de 56%, o preço da carne, no Distrito Federal, passava de Cr\$ 2,90 a Cr\$ 40,00! Isto significa um aumento de cerca de 1.300%. No mesmo período o salário-mínimo aumentou, apenas, de 600% (isto sem le-

### SÃO POSSÍVEIS MEDIDAS PRÁTICAS CONTRA A CARESTIA

Sem dúvida, são complexos os fatores que determinam o encarecimento do custo da vida em nosso país. Vão desde os fatores de estrutura — como o latifúndio e a espoliação do nosso povo pelos trustes internacionais, especialmente os norte-americanos — até problemas como o dos transportes, rédes de silos, etc. Mas o fato de, apesar de todos os entraves, vir aumentando a produção nacional, em muitos setores em ritmo superior ao crescimento da população, mostra a possibilidade de serem adotadas de imediato medidas práticas — além das de longo prazo — para a contenção dos preços, pelo menos dos preços de alguns gêneros essenciais. A luta contra a carestia pode ser, por isso, empreendida com êxito relativo pelo atual governo, através de medidas concretas que devem ser estudadas e amplamente debatidas, se para tanto houver suficiente mobilização popular.